

Novembro 2007

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Salário absorvem aumento.....	1
1.2 Rede nosso Super factura 23 milhões de dólares.....	1
1.3 Situação social dos angolanos continua deplorável.....	2
1.4 Enquanto Angola reconstrói, a maioria constata que a sua pobreza persiste.....	3
1.5 Situação social dos Angolanos continua deplorável.....	4
1.6 Crescimento não é desenvolvimento.....	5
1.7 Crédito Habitação: clientes encontram entraves.....	5
1.8 Privatização do Nosso Super.....	6
1.9 Maioria dos angolanos (des)espera sem saber se a dipanda chegará.....	7
1.10 Economia Angolana recebe 24 mil milhões em três anos.....	7
1.11 Angola entre os piores do mundo em desenvolvimento humano.....	8
2 Mercado Informal e Microfinanças	9
2.1 A guerra dos Bancos.....	9
2.2 Cooperativa de mulheres vivendo com HIV cria projecto inovador.....	9
2.3 Venda ambulante está longe de ser vencida.....	9
2.4 Entre a fachada bonita do mercado e a miséria das zonas circundantes.....	10
2.5 Crédito Habitação: clientes encontram entraves.....	10
2.6 Nova roupagem na fiscalização do GPL.....	11
2.7 O impacto da transferência do comércio grossista para a zona suburbana.....	12
2.8 Missão quase «impossível».....	12
2.9 Despachos ordenam registo de 55 imóveis a favor do estado.....	13
2.10 Governantes enganam vendedores dos Congolenses e São Paulo.....	14
2.11 Refugiados beneficiam de micro-credito.....	14
3 Governação e Descentra-lização	16
3.1 Angola estuda experiência moçambicana para criação das autarquias locais.....	16
3.2 Proposta de OGE para 2008 dá entrada no parlamento.....	16
3.3 Planos Regionais do Ordenamento do Território.....	17
3.4 Comunidades angolanas estão mal servidas.....	17
3.5 OGE será aprovado em Dezembro.....	18
3.6 Quadro jurídico das Ongs vai a debate.....	18
3.7 Realizada conferência nacional da sociedade civil do Fonga.....	19
3.8 OGE com «dinheiro invisível» para eleições no proximo ano.....	19
3.9 Governador defende harmonização do direito costumeiro ao positivo.....	20
3.10 Governo provincial realiza encontro sobre a autoridade tradicional.....	20
3.11 Cidade de Malanje acolhe seminário regional sobre planos directores.....	20
4 Eleições e Educação Cívica	21
4.1 Eleições legislativas país serão convocadas até Setembro de 2008.....	21
4.2 Sacrifício dos brigadistas merece respeito.....	22
4.3 Exposição dos cadernos de registo eleitoral não põe em causa o calendário político.....	22
4.4 Muitos cidadãos não constam dos cadernos eleitorais.....	22
4.5 Cadernos eleitorais provisórios vão ser apresentados em dezembro.....	23
4.6 Há cidadãos registados sem nomes nos cadernos afixados.....	24
4.7 OGE com «dinheiro invisível» para eleições no proximo ano.....	24
4.8 Partido de Salvação defende sensibilização em línguas nacionais para eleições.....	25
5 Educação, Juventude e Criança	26
5.1 Educação lança método moderno de alfabetização.....	26
5.2 Kilamba Kiayi realiza campanha de registo para crianças.....	26

5.3	Mais de cinco mil alunos terão acesso ao ensino no Uíje.....	26
5.4	Huíla terá mais 15 mil salas de aulas até 2015	27
5.5	Alfabetizadas mais de 25 mil pessoas no Kwanza-Norte	27
5.6	ONU vai balancear resoluções relativas à criança	27
5.7	Ministério da Educação lança livro sobre o ensino técnico-profissional	28
5.8	Kwanza-Sul alfabetiza sete mil cidadãos	29
5.9	Executivo assume 11 compromissos sobre a situação da criança.....	29
5.10	Grupo Mandriva apoia projecto de informatização de escolas	29
6	Terra, Habitação e Urbanização	31
6.1	Guerra dos terrenos instala-se no Benfica	31
6.2	Maculusso agastado com capapinha	32
6.3	Kwanza Sul: Governo confisca empreendimento de privados	32
6.4	Fiscal detido por venda ilícita de terreno na zona da Samba	32
6.5	Mais 800 famílias foram realojadas na cidade Luanda	33
6.6	FAO apoia instituições de gestão e posse de terra	33
6.7	Crédito Habitação: clientes encontram entraves.....	34
6.8	Realojamento em marcha.....	34
6.9	Inea investe 38 milhões de dólares na reabilitação de estradas em Cabinda	35
6.10	Jornalistas confessam que foram agredidos no bairro Iraque	36
7	Serviços Básicos	37
7.1	Planos Regionais do Ordenamento do Território	37
7.2	Comunidades angolanas estão mal servidas.....	37
7.3	Huambo tem novos centros de captação e tratamento de água.....	38
7.4	Empresa associa-se a Elisal para a recolha de lixo no Kilamba Kiaxi	38
7.5	Intoxicação por Brometo de Sódio pode ser causa da epidemia de Cacucaco	38
7.6	Uma cidade vulnerável às chuvas	39
7.7	Parlamentares da SADC querem «comité regional» de VIH/Sida	40
7.8	Edel vai instalar 41 mil contadores com o sistema de pré-pagamento.....	41
8	Paz e Reconciliação	42
8.1	Mais de oitenta mil angolanos foram vítimas da acção de minas terrestres.....	42
8.2	Tumulto no Huambo após assassinato de taxista.....	42
8.3	Chefe do EMG/FAA reconhece papel dos efectivos na preservação da paz na África Central	43
8.4	Relatora da ONU expressa preocupações liberdade religiosa	44
8.5	Instituto Nacional de Desminagem remove 136 minas em Malanje	44

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Salário absorvem aumento

Semaario Angolense...03-11-07

O Governo anunciou para 2008, no último fim de semana, um OGE em 30 por cento superior ao do ano em curso, mas deixou implícitas indicações de que utilizará uma parte substancial do incremento no pagamento da factura de uma orgia eleitoral, consubstanciada no aumento dos salários da Função Pública. O comunicado do Governo emitido para dar a notícia do aumento diz que será concedido um aumento salarial de 14 por cento, superior, portanto, aos dez por cento da inflação esperada para o cômputo do ano de 2008, algo que comparado com o número de empregados desse populoso sector pode significar a erosão da totalidade do incremento orçamental.

O próprio Governo afirma no seu comunicado ser a primeira vez que projecta um ajuste salarial superior à inflação, argumentando servir para aumentar o poder de compra salarial e melhorar as condições de vida dos funcionários públicos. Nos seus números, o OGE comporta despesas de 2.5 triliões de kwanzas e receitas de igual montante.

Na óptica funcional, o OGE 2008 dedica 31,7 por cento da despesa total para o sector social, sendo a maior proporção de todos os orçamentos dos últimos anos, enquanto o sector económico absorve 24,6 por cento, verificando-se uma redução dos encargos financeiros e da despesa com o sector da Defesa e Segurança e ordem Pública com cerca de 14,6 por cento.

Observadores alertaram para o facto destes números constituírem apenas uma mudança da estrutura do orçamento, não devendo ser confundidos com o aumento das verbas destinadas às remunerações da máquina burocrática do Estado. As receitas fiscais correspondem 46 por cento do (PIB) Produto Interno Bruto, sendo que as petrolíferas constituem 77,2 por cento, e as não petrolíferas 22,8 por cento. Em relação ao OGE 2007, as receitas totais deverão aumentar em termos reais, em 5,2 por cento.

O Governo disse que o OGE do próximo ano reserva recursos para atender às suas acções previstas no Programa Geral para o biénio 2007-2008, tais como o processo eleitoral, consubstanciado na conclusão do registo eleitoral e na execução das eleições legislativas em 2008, a desconcentração da gestão financeira dos municípios, o aumento da melhoria das condições de vida da população e a continuação da implementação

dos programas da reconstrução do país. O quadro macroeconómico em que se dará a execução do OGE 2008 projecta uma inflação anual 10 por cento; produção petrolífera anual 710,6 milhões de barris; preço médio de exportação do petróleo bruto de 55 dólares por barril; um PIB de um valor nominal de 4.114,3 mil milhões de kwanzas; e uma taxa de crescimento real 16,2 por cento (sendo 13,3 por cento do sector petrolífero e 19,5 por cento do sector não petrolífero).

Na elaboração do Orçamento Geral do Estado para 2008, mantiveram-se as medidas de política estabelecidas no Programa Geral do Governo para o período 2007-2008.

Os principais pilares da política orçamental assentarão, disse o Governo, na continuação preparação de uma reforma tributária abrangente; implementação de medidas de melhoria dos serviços da administração tributária e de alargamento da tributação de rendimentos e de consumo; adequação dos benefícios fiscais ao investimento produtivo; e cobertura financeira das acções do Governo para realizar os objectivos gerais e específicos estabelecidos.

1.2 Rede nosso Super factura 23 milhões de dólares

Jornal de Angola...10-11-07

O Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (Presild) facturou, durante os primeiros 12 meses de actividades, 23 milhões de dólares. Os dados foram avançados ontem pela equipa coordenadora do programa, durante a cerimónia em alusão à data.

Do balanço do primeiro ano de actividade, sobressai a construção e inauguração de 10 supermercados nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla, Huambo, Bié e Cabinda, oferecendo à população preços abaixo da média do mercado. Nestes estabelecimentos foram atendidos diariamente mais de duas mil e 500 pessoas.

O sucesso deste primeiro ano de actividades levou o Governo a projectar um investimento de um bilião e 700 milhões de dólares na construção de 31 supermercados da rede Nosso Super, gerando, desse modo, 204 mil novos postos de trabalho.

O Presild apresenta igualmente resultados positivos na transformação e normalização do sector do comércio, pois é responsável pela criação de mais empregos no país e de um quadro jurídico-legal para o sector do comércio.

Com vista a fortalecer o comércio retalhista, o Presild criou uma rede de lojas de proximidade. A primeira foi inaugurada em Setembro último na região de Sanza Pombo, província do Uíje.

Brevemente serão inaugurados quatro mercados municipais no Huambo, Bié, Benguela e Lobito.

Outros 159 mercados municipais serão erguidos, nos próximos 12 meses, em todas as províncias do país, criando, desta forma, 74 mil 310 novos postos de trabalho.

Serão também erguidos Centros de Logística e Distribuição (Clod's), num total de nove, classificados de plataformas de grande importância logística, indispensáveis para escoar, beneficiar e criar mercado consumidor para a produção nacional.

Instalados em regiões consideradas estratégicas, Luanda, Malanje e Huambo, os empreendimentos vão garantir a criação de outros 30 mil e 100 novos empregos, quando em 2009 acontecer a sua inauguração. Os centros de logística e distribuição foram seleccionados tendo em conta as zonas de maior produção e consumo.

No final da cerimónia, o vice-ministro do Comércio, Cruz Neto, disse -que a criação do Presild - Nova Rede Comercial, não constitui uma defesa do Estado, na pele de empresário, para prejudicar o empresariado privado. Também não se trata de um programa isolado das políticas do Governo angolano.

Para o governador do Bié, Amaro Tati, presente na cerimónia, um ano é pouco tempo para se exigir acima do que foi apresentado em termos de balanço.

1.3 Situação social dos angolanos continua deplorável

Cruzeiro do Sul...10-11-07

O orçamento Geral do Estado (OGE) para 2008, aprovado recentemente, comporta receitas e despesas na ordem de 2,5 triliões de kwanzas, comparativamente a 2007. O valor projectado para 2008 representa um crescimento de 30 por cento e as receitas totais deverão aumentar cerca de 5,2 por cento.

Nisso o sector social com 31,7 por cento das despesas total, continua a absorver a maior proporção. No ano passado, por exemplo, o bolo para este sector esteve situado em 30,6, por cento. Portanto, houve um ligeiro aumento. Em segundo lugar, vem o sector económico, com 24,6 por cento. Em relação ao ano passado, houve um ligeiro acréscimo, porquanto o mesmo se havia cifrado em 16,2 por cento.

Houve, entretanto, uma redução dos encargos financeiros da despesa em relação ao sector da defesa e segurança e ordem pública com 14,6 por cento do OGE. Em 2005 ao orçamento para o sector da defesa e segurança representou 23,3%.

Baixou para 19,3 em 2006 e, embora tivessem subido para 21,7% em 2007 baixou drasticamente para 14,6 por cento para o OGE de 2008.

Ainda para o próximo ano, de acordo com dados recentes projectados pelo Governo prevê-se um crescimento económico na ordem dos 16,8 por cento, enquanto antevê-se uma taxa de inflação de 10 por cento.

Como pudemos observar, o sector social tem sido prioritário nos últimos OGE, mas, no entanto, sem se verem melhorias visíveis na vida do cidadão. A taxa de desemprego continua em alta no país. Os sectores da saúde e educação são dos que mais problemas apresentam em todo território nacional.

A falta de ocupação da maioria dos jovens tem estado, também, na base da criminalidade em vários pontos do país, fundamentalmente em Luanda. Nem os centros médicos da periferia, muito menos os hospitais do País conseguem satisfazer as necessidades das populações.

Há carência de escolas em todo o território nacional. Nem mesmo as pouquíssimas escolas, que têm sido postas a disposição da população, têm diminuído o número de cidadãos que ficam fora do sistema escolar nas 18 províncias de Angola. (...)

Este factor, aliado ao desemprego generalizado, a prostituição, adianta, explica os altos níveis de delinquência que se vive, particularmente em Luanda, pois aqueles que nada ou pouco têm tendem a usurpar os que possuem, usando a violência, na maioria dos casos.

Docente do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) e da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Agostinho Neto, Lukombo Nzatuzola sublinhou que o Governo deve investir mais na criação de empregos, construção de escolas, hospitais, fomentar a agricultura para que se eleve a moral das populações.

Embora tenha reconhecido haver alguma em relação ao processo de reconstrução do País, nomeadamente no que tange à construção e reabilitação de estradas, aquele sociólogo mostra-se céptico quanto aos prazos de entrega das mesmas e sua qualidade.

No caso de Luanda, Lukombo questionou outras obras, quando as chuvas se prevêem torrenciais. "Repara o caso das obras na Avenida Deolinda Rodrigues, Ngola Kijuanje, a vala de drenagem Senado da Câmara. Como serão finalizados os trabalhos e como será feita a sua manutenção para que se viva o cenário igual, aquando da queda das enxurradas?", indaga.

1.4 Enquanto Angola reconstrói, a maioria constata que a sua pobreza persiste

Folha8...10-11-07

Há dois anos, apenas os bravos e desesperados podiam tentar conduzir ao longa de um troço de 186 quilómetros, partindo de Luanda, a capital, imunda de lixo, para a província nortenha do Uíge.

Foram 12 horas de uma experiência de cerrar os dentes e horripilante, esquivando buracos de explodir pneus e bermas das vias que se desagregam em precipícios. Ora, graças ao incremento da produção petrolífera de Angola, o percurso dura metade do tempo. E não é apenas isso que se transforma: em toda a extensão do território angolano, centenas de trabalhadores estão empenhados na reconstrução de estradas, aeroportos, pontes e caminhos-de-ferro, destruídos durante quase três décadas de guerra civil.

Para a maioria dos angolanos, o ribombar das máquinas de pavimentação rodoviária e de escavadeiras à vapor constitui a primeira prova palpável de um dividendo da sua riqueza nacional em petróleo e diamantes, extraída cinco anos depois do alcance da Paz. Muitos chamam à isso um acontecimento que se impunha.

Angola está a jorrar de petróleo, extraindo 1.5 milhões de barris por dia, um volume superior ao de qualquer outro país africano, excepto a Nigéria. O Fundo Monetário Internacional perspectiva um crescimento económico na ordem dos 24% este ano, uma das taxas mais rápidas do mundo. O Governo está a lucrar duas vezes e meia mais do que lucrava há três anos.

Entretanto, os angolanos, de acordo com as várias indicações, permanecem cada vez mais pobres. A taxa de pobreza é uma questão preocupante: o Governo reivindica uma redução em 12% ao longo dos últimos cinco anos, enquanto que os analistas do centro de investigação da Universidade Católica de Angola afirmam que dois em cada três angolanos ainda vivem na base de USD 2,00 ou menos por dia, uma percentagem semelhante à de 2002. Todavia, ninguém disputa o facto de que a maioria dos angolanos enfrenta condições de vida deploráveis, taxas de mortalidade infantil elevadíssimas, água não tratada, analfabetismo e uma série de outras doenças.

No ano passado, as Nações Unidas colocaram Angola como o 17º país menos desenvolvido do mundo. De acordo com uma sondagem realizada em Dezembro por um grupo pró-democracia e pela Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional, 6 em 10 angolanos afirmaram que a sua situação económica não melhorou durante os últimos cinco anos. Aproximando-se as eleições, o grande esforço do governo visando a reconstrução de infra-estruturas do País visa ajudar a mudar.

O dr. Aginaldo Jaime, ministro adjunto do primeiro-ministro, afirmou que Angola beneficiou de empréstimos da China no valor compreendido entre USD 8 à USD 9 biliões desde 2004, permutando as garantias de fornecimento de petróleo pelas obras de reconstrução. Outras instituições como o Banco Mundial, estimam que os empréstimos chineses rondam os USD 12 biliões. (...)

Entretanto, a Transparency International, organização anti-corrupção, continua a posicionar Angola como a 10ª nação mais corrupta do mundo. Muitos angolanos consideram como um dado adquirido o facto de que, aqueles que fazem compras no novo centro comercial de Luanda ou andam em automóveis do tipo Land Cruise. São oficiais do Estado, ou seus amigos. Um fornecedor automóvel, provedor de serviços à oficiais do Governo, disse que apenas encomendava carros luxuosos mais caros. "Eles querem ser os primeiros a possuir o último modelo", afirmou, falando sob o anonimato para não perder clientes.

"Todos os indivíduos mais próximos do Presidente são proprietários de grandes negócios no País e no estrangeiro" afirmou Landu Kama, coordenador da Coligação para a Reconciliação Transparência e Cidadania, um grupo pró-democracia. "Estes são angolanos especiais. Os restantes são simplesmente parte do espectro".

Porém, mesmo os críticos como o Sr. Kama reconhecem que o cenário está a mudar. Desde 2002, o Governo afirma ter reconstruído 2.400 milhas de estradas destruídas - mais de metade da rede nacional - e renovou aeroportos em Luanda e em três outras cidades. De acordo com oficiais, mais de 430 quilómetros do novo caminho-de-ferro foram lançadas. Mesmo nas capitais provinciais anteriormente esquecidas, como o Uíge, predominam equipas de obras públicas nos seus esplêndidos uniformes azuis. Um engenheiro chinês que se identificou por Tom disse que a sua companhia baseada em Pequim tinha enviado 100 trabalhadores para residirem num complexo cercado de edifícios parcialmente arruinados e cheios de marcas de balas. "Estas estradas aqui encontram-se em condições terríveis, em muito mau estado de conservação, afirmou, enquanto supervisionava a expansão de um troço rodoviário à vermelho. Ele disse que a sua equipa trabalha 15 horas por dia, sete dias por semana, com apenas cinco dias de repouso por ano. "Não há descanso", afirmou.

1.5 Situação social dos Angolanos continua deplorável

Cruzeiro do Sul.10-11-07

O orçamento Geral do Estado (OGE) para 2008, aprovado recentemente, comporta receitas e despesas na ordem de 2,5 triliões de kwanzas, comparativamente a 2007. O valor projectado para 2008 representa um crescimento de 30 por cento e as receitas totais deverão aumentar cerca de 5,2 por cento.

Nisso o sector social com 3,7 por cento das despesas total, continua a absorver a maior proporção. No ano passado, por exemplo, o bolo para este sector esteve situado em 30,6, por cento. Portanto, houve um ligeiro aumento. Em segundo lugar, vem o sector económico, com 24,6 por cento. Em relação ao ano passado, houve um ligeiro acréscimo, porquanto o mesmo se havia cifrado em 16,2 por cento.

Houve, entretanto, uma redução dos encargos financeiros e da despesa em relação ao sector da defesa e segurança e ordem pública com 14,6 por cento do OGE. Em 2005 ao orçamento para o sector da defesa e segurança representou 23,3%.

Baixou para 19,3 em 2006 e, embora tivessem subido para 21,7% em 2007 baixou drasticamente para 14,6 por cento para o OGE de 2008.

Ainda para o próximo ano, de acordo com dados recentes projectados pelo Governo, prevê-se um crescimento económico na ordem dos 16,8 por cento, enquanto antevê-se uma taxa de inflação de 10 por cento.

Como pudemos observar, o sector social tem sido prioritário nos últimos OGE, mas, no entanto, sem se verem melhorias visíveis na vida do cidadão. A taxa de desemprego continua em alta no país. Os sectores da saúde e educação são dos que mais problemas apresentam em todo território nacional.

A falta de ocupação da maioria dos jovens tem estado, também, na base da criminalidade em vários pontos do país, fundamentalmente em Luanda. Nem os centros médicos da periferia, muito menos os hospitais do País conseguem satisfazer as necessidades das populações. Há carência de escolas em todo o território nacional. Nem mesmo as pouquíssimas escolas, que têm sido postas a disposição da população, têm diminuído o número de cidadãos que ficam fora do sistema escolar nas 18 províncias de Angola. Na província do Bié, por exemplo, segundo dados em nossa posse cerca de 75 mil crianças em idade escolar ficaram fora do sistema de ensino no presente ano lectivo, que esta prestes a terminar, por falta de professores e salas de aulas. Ainda neste ano lectivo, na comuna do Lepi, (48 quilómetros a oeste da cidade do Huambo), a falta de professores e salas de aulas fizeram com que mais de mil e 490 alunos ficassem fora do sistema normal de ensino. O que

se espera com o relativo aumento que se vem verificando nos OGE com relação ao sector social é parte destes problemas façam parte do passado. E para comentar para este jornal estes aspectos abordamos o sociólogo João Baptista Lukombo Nzatuzola. Aquele sociólogo disse, para começar, que o facto de Angola ter alcançado a paz, há cinco anos, faz com que a população viva com mais segurança.

“Os jovens já não têm necessidade de sair do país fugindo a guerra. Já podem circular por todo o território nacional e não há mais medo de os jovens serem ruzgados”, disse, acrescentando que uma das grandes ameaças que paira na nossa sociedade é a criminalidade que não pára de crescer. Para o também professor universitário a actual gestão desastrosa do erário público é a responsável, em parte do actual estado de miséria existente em Angola. “Esta situação criou e continua a criar um fosso muito grande entre os ricos e pobres e estes pequenos incentivos no OGE para o sector social não basta”, revelou. E disse mais: “se não se melhorar a vida das populações o actual sentimento de tristeza pelas precárias condições de vida que a maioria tem, quando uma minoria controla tudo e pode, poderá causar mesmo uma sublevação popular. Quem tem fome precisa de comer hoje é não amanhã: Este factor, aliado ao desemprego generalizado, a prostituição, adianta, explica os altos níveis de delinquência que se vive, particularmente em Luanda, pois aqueles que nada ou pouco têm tendem a usurpar os que possuem, usando a violência, na maioria dos casos. Docente do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) e da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Agostinho Neto, Lukombo Nzatuzola sublinhou que o Governo deve investir mais na criação de empregos, construção de escolas, hospitais, fomentar a agricultura para que se eleve a moral dos das populações. Embora tenha reconhecido haver alguma em relação ao processo de reconstrução do País, nomeadamente no que tange à construção e reabilitação de estradas, aquele sociólogo mostra-se céptico quanto aos prazos de entrega das mesmas e sua qualidade.

No caso de Luanda, Lukombo questionou o atraso das obras, quando as chuvas se prevêem torrenciais. “Repara o caso das obras na Avenida Deolinda Rodrigues, Ngola Kijuanje, a vala de drenagem Senado da Câmara. Como serão finalizados os trabalhos e como será feita a sua manutenção para que se viva o cenário igual, aquando da queda das enxurradas?”, indaga.

1.6 Crescimento não é desenvolvimento

Folha8...10-11-07

Portanto, nem sempre, como neste caso, crescimento quer dizer desenvolvimento, e desenvolvimento os angolanos ainda não têm, pois de cada vez que sobe o gráfico do crescimento desce o do desenvolvimento, com a sua pobreza, desemprego, enfim, com a fome que está a tomar conta de muitas pessoas e a fazer fervilhar, de novo, o sentimento de revolta em muitos corações.

A verdade é que por mais dinheiro que seja posto a disposição do Governo angolano, seja ele chinês ou doutra nacionalidade qualquer (do Brasil, por exemplo), as desigualdades económicas que grassam por este país fora continuam a ser muitas. Só de pensar que o Presidente da República foi considerado pela revista Forbes, especializada em assuntos da Jet-Set internacional, como um dos 10 homens mais ricos do mundo (onde teria ele ido buscar o dinheiro?), quando se sabe que há angolanos desejosos, e não só desejosos, capazes também de comprar uma viatura de marca Ferrari, topo de gama, para nada, absolutamente para nada, a não ser para satisfazer a vaidade e experimentar amortecedores nas ruas citadinas e estradas esburacadas do nosso país; quando descobrimos que as comissões distribuídas pelas mãos de intermediários de todas as espécies e oligens, desde que sejam "amigos" do MPLA, atingem não raramente montantes contados em centenas de milhões de dólares; quando nos dizem que 6 generais arrecadaram 120 milhões dólares em menos de 10 anos e quando vemos gente a passear pelas ruas de Luanda à procura de contentores onde possam vasculhar e remover o que lá está dentro, em busca de comida, meus senhores, em busca de comida (!) ... francamente, o crescimento económico, fabuloso, que nos contempla, contempla-nos de facto, mas só de nos olhar de longe, ou melhor, de muito alto, dos patamares dourados que a escandalosa riqueza de alguns aufere.

É mesmo assim: uns poucos têm os milhões de dólares de milhões de autóctones, quer dizer, que deveriam ir para milhões de autóctones, que apenas têm pouco, muito pouco ou não têm nada, e vegetam nas bermas da marginalidade.

Exactamente como está escrito, marginalidade, a terra é-lhes retirada todos os dias para dar lugar à construção de novos condomínios para os senhores do poder... uma vergonha! Uma verdadeira humilhação! Os pobres são atirados para bairros sem o mínimo de condições, enquanto que para a elite se constroem apartamentos a preços exorbitantes, apenas ao alcance dos corruptos que desviam o dinheiro do erário público; os jovens saídos das faculdades não podem fazer planos, porque

até nos condomínios aparentemente mais baratos é preciso dispor de muitas cunhas, na medida em' que são pertença dos homens que garantem a aparente estabilidade do poder. Aqueles, na sua maioria, que fazem parte dos órgãos de coacção. Coacção, meus senhores, coacção!!! .. Ela também em crescimento.

A esse respeito, temos vindo este últimos meses a ser testemunhas de acções revoltantes, de decisões inverosímeis, tendo-se mesmo chegado ao cúmulo de renegar publicamente a justiça no julgamento do jornalista Graça Campos, a quem um juiz de débil Q.I., que nem o curso de Direito concluiu, aplicou uma pena inaplicável, sem que nada lhe aconteça e sem que nada até hoje tivesse sido feito para reparar o erro crasso, vergonhoso e estúpido; tendo-se mesmo atingido os limites do ridículo na palhaçada vergonhosa exibida no decorrer do julgamento de Fernando Miala e consortes. Assim, meus senhores, esse crescimento é balofo. Não podemos falar em desenvolvimento, nem tão pouco acabar com as distorções que nos ailigem. O Governo, a agir, ou a deixar que os seus mais influentes agentes ajam assim, está a alimentar a revolta e, mais dia, menos dia, vai estimular uma contestação que, desde já, tememos que seja violenta. O que terá por funestas consequências um crescendo de rancor, de ódio, de vontade de vingança, e o desmorronar completo das poucas conquistas alcançadas na tortuosa caminha de Angola para uma democracia que muito boa gente do Futungo não quer a nenhum preço ver instaurada. Porque tudo leva a crer que o único objectivo inconfesso dessa gente é instituir em Angola um regime de excepção, e instaurar um clima que proporcione uma espécie de falsa legitimação e institucionalização duma sangrenta caça as bruxas.

1.7 Crédito Habitação: clientes encontram entraves

Jornal de Angola...23-11-07

As políticas administrativas aplicadas pelos bancos comerciais para a obtenção de um crédito habitacional desencorajam clientes. A morosidade, o custo elevado dos imóveis e outros procedimentos como conseguir um avalista credível, têm contribuído para o insucesso e desistência de muitas solicitações.

A maior parte dos bancos está aberto a conceder créditos habitacionais, mas as exigências impostas têm sido um factor que inibem os vários clientes que recorrem ao pacote, conforme revelou um trabalhador sénior do Banco de Fomento Angola (BFA), que preferiu o anonimato.

Por exemplo, uma das condições necessárias para o acesso ao crédito habitacional no Banco Africano de Investimentos (BAI) é ser um cliente com credibilidade

aceitável na instituição e que tenha pelo menos depósitos actualizados durante um período de seis meses.

A avaliação da caução no BAI está calculada em 15 por cento do valor do imóvel, sendo o valor máximo do crédito habitacional concedido pelo BAI, segundo as fontes contactadas, é de até 500 mil dólares. Deste valor, a instituição assegura 90 por cento como forma de aliviar os custos do devedor.

Na prática, enquanto durar o empréstimo, a residência fica sobre tutela da instituição bancária até que o cliente liquide o valor total do imóvel.

No caso de surgir um infortúnio, os herdeiros têm a obrigação de assumir as despesas com o imóvel. No caso de algum incumprimento, o banco confisca o património e restitui alguns montantes já pagos.

Para ter acesso ao crédito habitação BAI, o cliente tem de possuir uma idade compreendida entre os 18 e 55 anos, sendo o prazo de reembolso de até 20 anos. Este período pode estar sujeito a negociações entre o cliente e o banco conforme os acordos estabelecidos entre as partes. Se no BAI, o valor do crédito habitacional chega aos 500 mil dólares já no Banco de Fomento Angola (BFA), o cliente deve solicitar um empréstimo máximo de até 300 mil dólares. Ainda possui o pacote de 100, 70 e de 30 mil dólares. Em cada caso, o cliente tem de reembolsar durante um período de 15 anos. Num processo que leva 180 meses quanto ao prazo de pagamento. O cliente que apresenta uma factura pró-forma do imóvel no valor de 300 mil dólares deve pagar mensalmente dois mil e 800 dólares, enquanto para 100 mil dólares paga-se, a cada período de 30 dias, 990 dólares. Para 70 mil, o valor é de 670 dólares por mês e para 30 mil, 288 dólares, ininterruptos.

Independentemente do valor do empréstimo, o BFA assegura com 90 por cento do custo do imóvel. A vantagem em aderir ao crédito habitação - BFA é o facto de aplicar uma taxa de 8 por cento/ano, além do cliente não dispende qualquer valor durante o processo da averiguação dos documentos para posterior aprovação, segundo uma fonte ligada àquela instituição bancária.

A taxa praticada pelo BFA é a mesma do Banco Internacional de Crédito (BIC). Assume também 90 por cento do valor da avaliação do custo da residência. Contudo, os valores a serem disponibilizados pelo banco BIC podem ser discutidos entre as partes.

O prazo máximo de reembolso vai até 35 anos, desde que o cliente não esteja acima dos 60 anos. Para o banco assegurar a reposição dos valores emprestados, conforme informações prestadas, e como garantia, chama a si a título de hipoteca, o imóvel adquirido até a liquidez total da dívida.

O banco Millenium não estabelece tectos para o crédito habitacional. Porém, o valor a ser concedido depende de acordo entre as partes (banco e cliente).

1.8 Privatização do Nosso Super

Agora...24-11-07

No âmbito do Presild, que começou a ser implementado o ano passado, foram já erguidos dez estabelecimentos comerciais designados Nosso Super. Estes fazem parte de um total de 31 supermercados a serem construídos em todo o país até o próximo ano.

"Independentemente do modelo de gestão que venha a ser adoptado, o programa está a avançar e prevemos que venham ser inaugurados outros 21 estabelecimentos de grande porte, no próximo ano, já que a sua construção está no bom caminho", explicou Gomes Cardoso.

À nossa insistência se os Nosso Super seriam privatizados, tal como veio a ser comentado à boca pequena em Luanda, o responsável indicou que quando chegar o momento da sua entrega aos privados será de forma gradual e a licitação será pública, estando neste momento a serem elaborados os respectivos termos de referência.

Rumores postos a circular na capital davam conta de que os Nosso Super seriam privatizados a favor de grupos empresariais ou entidades com fortes ligações ao Partido no poder.

"Se reparar, mesmo tendo sido instalados em zonas que os seus mentores acham que são estratégicos, a população não tem se abastecido com muita frequência nestes estabelecimentos porque os preços em muitos casos são mais elevados se comparados com os do mercado informal", disse-nos um morador do Morro Bento, comentando o fraco fluxo de clientes no supermercado erguido nas imediações da Gamek.

Boa parte dos habitantes daquela zona, de acordo com este interlocutor prefere fazer as suas compras no mercado Catiton, onde o balde de batatarena custa 200 kz, ao passo que de tomate pode ser adquirido por 300 kz.

1.9 Maioria dos angolanos (des)espera sem saber se a dipanda chegará

Folha8...24-11-07

Agora já não há desculpas. José Eduardo dos Santos já não pode repetir o discurso de que a guerra «destruiu a base produtiva com a qual contávamos para assegurar o conforto material de todos os cidadãos».

Numa coisa Eduardo dos Santos tem razão: «apesar de ser um flagelo que destrói quase tudo, a guerra não foi capaz de quebrar a nossa fé num futuro melhor e também não conseguiu abalar a convicção que temos de que Angola é maior do que as adversidades e que a Pátria se realiza na união e no trabalho dos seus filhos, cada vez mais empenhados no firme compromisso para com a paz e a reconciliação nacional».

Há cinco anos o presidente da República dizia que «neste 11 de Novembro não é somente a reafirmação da nossa autodeterminação que se põe em relevo. O que celebramos é também a abertura de um novo ciclo histórico que se realiza em situação de paz».

Será que o novo ciclo se abriu mesmo?

«À força do povo angolano e à riqueza dos recursos naturais do nosso país, podemos juntar agora a serenidade que se instaura quando constatamos que nada mais pode pôr em causa o esforço colectivo para a construção do bem comum" afirmou José Eduardo dos Santos, certamente convicto de que o futuro tem de começar um dia. Será em 2008 com as anunciadas eleições?

Irá ainda por mais alguns anos (quantos?) o presidente dizer que "há ainda imensas dificuldades a superar, sobretudo no domínio social, para que o povo angolano viva melhores dias. Há a pobreza, que é muito grande mas não é eterna, e isto dá-nos ânimo para combatê-la e derrotá-la, com base no processo fundado na cooperação dos próprios angolanos e na solidariedade das nações amigas. É preciso propiciar alimentos e abrigos. É preciso erguer e apetrechar escolas e hospitais, construir fábricas e abrir canais de irrigação. É preciso desenterrar os terrenos e reabilitar as infra-estruturas para o transporte de pessoas e mercadorias e para assegurar as facilidades de comunicação. É necessário ainda garantir a oferta a tempo inteiro de energia eléctrica e de água potável, para que os angolanos possam produzir e melhorar as suas condições de vida. É urgente combater as epidemias, como a malária e a Sida, que tanto mal já nos causaram e nos podem ainda causar, sobretudo às camadas mais jovens, garantia do nosso futuro»? Encerrada para sempre, garante Eduardo dos Santos, «a página da guerra e cumprida a agenda política da pacificação nacional, chega a hora do relançamento económico nacional, como contributo fundamental no

combate à fome, à doença e à pobreza e na criação de mais empregos e bem-estar».

1.10 Economia Angolana recebe 24 mil milhões em três anos

Jornal de Angola...29-11-07

A economia angolana recebeu, nos últimos três anos, investimentos de 24,9 mil milhões de dólares, sendo o sector privado responsável por quase 90 por cento do total investido.

De acordo com dados do Ministério do Planeamento, de 2004 a 2006, o país registou investimentos maciços nas mais diversas áreas. O sector privado quase triplicou o investimento, passando dos 4,3 mil milhões de dólares para os 11,4 mil milhões em 2006. O sector público também viu os seus investimentos evoluírem quase quatro vezes, totalizando 1,5 mil milhões de dólares no ano passado. Em 2004, o sector havia investido 387,7 milhões de dólares.

Durante o período, os investimentos do sector privado registaram um crescimento médio na ordem dos 24 por cento, ao passo que o público teve evolução média de três por cento. O ano de 2006 foi o de maior crescimento, com os investimentos privados a subirem 27,85 por cento e o público a subir 3,66 por cento.

Em função dos investimentos efectuados, a taxa de desemprego caiu nove pontos percentuais, passando de 34,3 por cento para 25,2 por cento no ano passado. A economia não petrolífera registou, em 2006, o seu maior crescimento dos últimos três anos, com uma evolução na ordem de 25,7 por cento, depois de ter registado 9,30 por cento, em 2004, e 14,7 por cento em 2005. Neste capítulo, a indústria transformadora foi a que mais se destacou ao crescer 44,7 por cento, depois de já ter verificado crescimento de 24,9 por cento, em 2005, 13,5 por cento em 2004. No ano passado, outros sectores tiveram crescimento acelerado, como os serviços mercantis, com 38,1 por cento, os diamantes com 30,9 por cento, a construção com 30 por cento e a Energia e Águas com 13,1 por cento.

Já o sector da agricultura, o que mais emprega no país, teve um crescimento abaixo dos 10 por cento (9,8%) depois de ter crescido 17 por cento em 2005 e 14,1 por cento em 2004.

1.11 Angola entre os piores do mundo em desenvolvimento humano

Apostulado...29-11-07

A posição consta de um relatório publicado simultaneamente ontem pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em três cidades: Brasília, Berlim e Genebra.

O documento revê Angola em Baixa, colocando-o no lugar 162, no cômputo geral dos países analisados.

Quanto a esperança de vida, em média, de acordo com o relatório, os angolanos não vivem para além dos 40 anos.

Dos cerca de 16 milhões de habitantes, apenas 25,6 por cento frequentam a escola, representando a taxa de escolaridade mais baixa nos países de expressão portuguesa

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 A guerra dos Bancos

Semanario Angolense...03-11-07

Angola tem um total de 19 bancos licenciados, embora dois desses ainda não estejam a operar. O último banco a ser autorizado a implantar-se foi o Finibanco, mas existem, ainda, dois pedidos formais, um respeitante a um banco angolano e outro a abertura de escritórios de representação do Standard Bank, da África do Sul.

Os números da coexistência desta quantidade de bancos no seio da uma população de níveis baixos de bancarização parecem fazer prevalecer a teoria económica segundo qual, no mercado, só o mais aptos subsistem.

Estatísticas acabadas de ser divulgadas no relatório presente ano da ABANC dão uma noção quantitativa da coexistência desses bancos, através da determinação da quota de mercado de cada dos bancos que operavam no país até ao mês de Dezembro do ano passado.

2.2 Cooperativa de mulheres vivendo com HIV cria projecto inovador

Angolense...10-11-07

As seis da manhã, a movimentação já é grande na cozinha da casa no Prenda, bairro de Luanda.

Eugênia e Felisberta tiram do forno bolos e pães. Maria Romeu e Emília reúnem a loiça a ser transportada. Domingas supervisiona tudo. As cinco mulheres fazem parte da Cooperativa de Mulheres Vivendo com HIV e Sida, formada em 2005, e que oferece serviço de buffet para eventos. Nessa manhã de quinta-feira, a equipa atende o PlusNews mas não interrompe os preparativos para o pequeno almoço encomendado pela organização não governamental World Learning.

Tudo começou de forma despreziosa. Os amigos sempre souberam que Domingas dos Santos cozinhava bem. Um dos grandes fãs de seus grelhados e bitoques era o activista da ONG Acção Humana, Pombal Maria. Quando ele soube que a World Learning estava à procura de um buffet, sugeriu que Santos pegasse o evento com 30 participantes.

"No começo, não tínhamos nada. Fui à casa das minhas irmãs e peguei toda a loiça emprestada. Só conseguimos fazer o transporte com uma viatura também emprestada da Acção Humana. Estávamos com muito

medo, mas tudo deu certo", conta Domingas. Desde 2005, muita coisa mudou. A cooperativa já devolveu os pratos e talheres emprestados e comprou sua própria loiça, além de outros utensílios de cozinha.

Hoje a equipa também é dona de um Toyota Corolla que, nos dias de eventos, faz várias viagens para transportar pessoal e mercadorias.

O buffet já atendeu eventos de vanas agências das Nações Unidas, da ONG Terra dos Homens e está em busca de novos clientes. Para o pequeno almoço, cobram-se US\$ 8 por pessoa. O almoço varia de US\$ 13 a US\$ 15 por pessoa. A empresa já está a dar um pequeno lucro, que é reinvestido no negócio.

Programa de crédito Segundo Pombal Maria, a Cooperativa de Mulheres Vivendo com HIV e Sida é o projecto de geração de renda mais bem sucedido entre seropositivos. Em 2006, a Rede de Organizações de Serviço da Sida em Angola (Anaso) iniciou a negociação de um programa de microcrédito para seropositivos com o Banco Sol, mas o projecto continua no papel.

O Programa de Microcrédito do banco, iniciado em 2001, pretende disponibilizar US\$ 20 milhões em empréstimos até o final do ano. Vinte mil clientes já foram beneficiados, com valores de US\$ 100 a US\$ 10 mil para diversas iniciativas. Benchimol afirma que a taxa de inadimplência registada este ano foi de 2,74 por cento.

Com o sucesso do buffet, Santos já está a pensar em pedir um financiamento ao Banco Sol para montar uma cozinha industrial e expandir o negócio

2.3 Venda ambulante está longe de ser vencida

Capital...10-11-07

Parece estar longe a ideia de o Governo Provincial de Luanda (GPL) acabar ou reduzir significativamente o número de vendedores ambulantes. Já no tempo dos governadores Justino Fernandes, Aníbal Rocha e Simão Paulo, foram notáveis esforços para se atingir tal meta.

Criaram-se, então, feiras e mercados específicos, como o das peixeiras, das frutas, de roupa, entre outros, de modo a que os ambulantes estivessem concentradas num único local, indicado pelo GPL. Mais recentemente, houve ainda a ideia do executivo de Capapinha da criação de feiras semanais, algo que também tem redundado em fracasso.

Só que, apesar dos esforços, das estratégias, dos vários pacotes de ensaio para se sair desse marasmo, a verdade é li que esse objectivo continua a ser uma miragem. Desde 1992, altura em que se intensificou o fenómeno da venda ambulante notou-se um crescimento de is pessoas que optaram por vender nas

ruas.

Esta imagem, antes só vista, principalmente, nos países do Ocidente de Africa, aumentou nas últimas semanas com o encerramento provisório, que hoje termina, do mercado dos Congolenses e do São Paulo. Para a reinauguração, a Direcção de feiras e Mercados do GPL encerrou, há dois meses, os mercados acima referidos, mandando, centenas de vendedores para as ruas.

2.4 Entre a fachada bonita do mercado e a miséria das zonas circundantes

Semanario Angolense...10-11-07

Até na manhã de quinta-feira, não se sabia já se o Presidente da República se daria ao trabalho de interromper ou terminar a sua visita privada à Espanha, para (re)inaugurar neste domingo, 11 de Novembro, o «novo» mercado dos Congolenses, o quadro das comemorações do Dia da Independência, se coisa melhor não fizer.

Contudo, as últimas movimentações das brigadas de construção, tanto da ENCIB, afecta ao GPL, como da Bcom, ligada à Casa Militar da Presidência da República, apontavam para isso mesmo, talo empenho com que se embrenhavam nos retoques das obras de beneficiação empreendidas nas principais vias de acesso ao mercado ou nos esforços para se dar um ar civilizado aos edifícios das redondezas. Só a eventual presença de alguém da grandeza do Chefe de Estado podia motivar tanta mobilização na preparação de um cenário bonito para a cerimónia de inauguração.

Até alguns dos chamados blocos do «Simão Toco», que não conheciam algo dogénero desde a independência, beneficiaram de pinturas na fachada defronte ao «novo» mercado, que já está completamente reabilitado há vários meses, no âmbito do pacote dos empréstimos chineses.

De resto, foi precisamente o estado lastimável em que se encontravam as vias de acesso que obrigou a que a inauguração fosse sendo adiada. Mexeu-se, inclusive, no seu sistema de drenagem e cobriu-se a sujeira dos chamados «Efes» com vedação alegadamente condómina. Estava prevista também a construção meteórica de um parque de estacionamento no largo Demósthene de Almeida, desde logo após a demolição, há cerca de duas semanas, das estruturas que serviram de alternativa aos Congolenses, enquanto os chineses trabalhavam na sua beneficiação.

A conhecida Rua do Fundão, que liga a Avenida do Brasil ao mercado, foi também, 20 anos depois, reabilitada e embelezada em grande e exagerado estilo, de tal forma que será a rua da cidade com mais sinais

de trânsito: a cada 50 metros nos dois sentidos, para menos de um quilómetro e meio de extensão. Sinais que boa parte dos automobilistas (maxime os candongueiros) não respeita. Quem está para andar apenas a 40 por hora, numa pista tão convidativa como aquela? ... E as crianças da zona? Quer-se lá saber!

Contudo, a beleza das fachadas, provavelmente para que o Presidente e seus acompanhantes venham a pensar, enganosa mente, que está tudo bem no bairro, contrasta com a miséria espelhada bem por detrás delas. Há pessoas a viverem como se estivessem no inferno atrás daquelas paredes pintadas de fresco, enlatadas, sem esgotos, enfim. Os blocos do «Simão Toco» são um escândalo existencial. E o resto, as «Cês» e os «Efes», não fica muito atrás. Ah, se o Presidente resolve dar uma volta por aí é que serão elas ...

Uma fonte da administração municipal do Rangel tem, no entanto, uma explicação para isso. Diz, nomeadamente, que se chegou à conclusão de que uma pinturazinha sobre a degradação seria suficiente para o momento, tendo em conta de que todo o bairro deverá beneficiar de requalificação nos próximos tempos.

«Ficava mal inaugurarmos o mercado da forma que está bonito, sem tentarmos dar um ar melhor àqueles prédios e a outras estruturas das redondezas. Temos consciência de que é um paliativo, mas concluímos que seria gastar dinheiro à toa com uma intervenção maior, quando sabemos que todo o bairro irá beneficiar de um processo de requalificação, que até já está em curso. Tudo o que estiver mal, será demolido», justificou-se a nossa fonte.

Dá para acreditar? Possível. Que remédio ...

2.5 Crédito Habitação: clientes encontram entraves

Jornal de Angola...23-11-07

As políticas administrativas aplicadas pelos bancos comerciais para a obtenção de um crédito habitacional desencorajam clientes. A morosidade, o custo elevado dos imóveis e outros procedimentos como conseguir um avalista credível, têm contribuído para o insucesso e desistência de muitas solicitações.

A maior parte dos bancos está aberto a conceder créditos habitacionais, mas as exigências impostas têm sido um factor que inibem os vários clientes que recorrem ao pacote, conforme revelou um trabalhador sénior do Banco de Fomento Angola (BFA), que preferiu o anonimato.

Por exemplo, uma das condições necessárias para o acesso ao crédito habitacional no Banco Africano de Investimentos (BAI) é ser um cliente com credibilidade aceitável na instituição e que tenha pelo menos depósitos actualizados durante um período de seis

meses.

A avaliação da caução no BAI está calculada em 15 por cento do valor do imóvel, sendo o valor máximo do crédito habitacional concedido pelo BAI, segundo as fontes contactadas, é de até 500 mil dólares. Deste valor, a instituição assegura 90 por cento como forma de aliviar os custos do devedor.

Na prática, enquanto durar o empréstimo, a residência fica sobre tutela da instituição bancária até que o cliente liquide o valor total do imóvel.

No caso de surgir um infortúnio, os herdeiros têm a obrigação de assumir as despesas com o imóvel. No caso de algum incumprimento, o banco confisca o património e restitui alguns montantes já pagos.

Para ter acesso ao crédito habitação BAI, o cliente tem de possuir uma idade compreendida entre os 18 e 55 anos, sendo o prazo de reembolso de até 20 anos. Este período pode estar sujeito a negociações entre o cliente e o banco conforme os acordos estabelecidos entre as partes. Se no BAI, o valor do crédito habitacional chega aos 500 mil dólares já no Banco de Fomento Angola (BFA), o cliente deve solicitar um empréstimo máximo de até 300 mil dólares. Ainda possui o pacote de 100, 70 e de 30 mil dólares. Em cada caso, o cliente tem de reembolsar durante um período de 15 anos. Num processo que leva 180 meses quanto ao prazo de pagamento. O cliente que apresenta uma factura pró-forma do imóvel no valor de 300 mil dólares deve pagar mensalmente dois mil e 800 dólares, enquanto para 100 mil dólares paga-se, a cada período de 30 dias, 990 dólares. Para 70 mil, o valor é de 670 dólares por mês e para 30 mil, 288 dólares, ininterruptos.

Independentemente do valor do empréstimo, o BFA assegura com 90 por cento do custo do imóvel. A vantagem em aderir ao crédito habitação - BFA é o facto de aplicar uma taxa de 8 por cento/ano, além do cliente não dispende qualquer valor durante o processo da averiguação dos documentos para posterior aprovação, segundo uma fonte ligada àquela instituição bancária.

A taxa praticada pelo BFA é a mesma do Banco Internacional de Crédito (BIC). Assume também 90 por cento do valor da avaliação do custo da residência. Contudo, os valores a serem disponibilizados pelo banco BIC podem ser discutidos entre as partes.

O prazo máximo de reembolso vai até 35 anos, desde que o cliente não esteja acima dos 60 anos. Para o banco assegurar a reposição dos valores emprestados, conforme informações prestadas, e como garantia, chama a si a título de hipoteca, o imóvel adquirido até a liquidez total da dívida.

O banco Millenium não estabelece tectos para o crédito habitacional. Porém, o valor a ser concedido depende de acordo entre as partes (banco e cliente).

2.6 Nova roupagem na fiscalização do GPL

Capital...24-11-07

A grande novidade é que às Administrações municipais caberá, doravante dirigir e gerir cada uma, os seus respectivos agentes de fiscalização. Assim, um instrutivo metodológico foi elaborado para o funcionamento dos serviços municipais de fiscalização, segundo o qual, «estes serviços ficam instalados nos distintos municípios de Luanda sob dependência e coordenação das administrações municipais».

Entretanto, enquanto que a orientação metodológica dos mesmos ficará a cargo da direcção provincial dos serviços de fiscalização, em termos operacionais os fiscais trabalharão em coordenação com os comandos de Divisão da Polícia Nacional com quem planificarão as acções contra as transgressões administrativas, tais como a obstrução da via pública, lavagem de viaturas, corte e destruição de árvores e arbustos em lugares públicos, a afixação ilícita de cartazes publicitários, entre outros.

Contudo, a «hidra de sete cabeças» que o GPL se propõe eliminar é a velha «maka» dos vendedores ambulantes que com cada vez maior velocidade, vão transformando Luanda numa quitanda. Para tal efeito, aos fiscais foi reforçada a tarefa de, juntamente com a polícia de Ordem Pública, banir o mau costume de comprar meios na via pública, quer por condutores de viaturas como por passageiros ou transeuntes.

Para cada uma das transgressões administrativas acima referidas será aplicada a multa de 50 mil kwanzas acrescida de 10% de encargos gerais sob a responsabilidade dos transgressores, diz a medida, acrescentando que os valores em causa não serão, como habitualmente, entregues na hora ao agente da fiscalização.

«Deverão ser depositados no Banco BIC onde serão processados. Depois será dividido em duas partes, sendo uma pertença do Estado e outra destinada às participações a que os participantes e outros interventores têm direito».

O programa que começa a ser vigorar a partir do dia 1 de Dezembro, começará a ser aplicado em cinco municípios da capital, designadamente, Ingombota, Rangel, Sambizanga, Samba e Maianga. O governador de Luanda, Job Castelo Capapinha adiantou, no momento em que declarava aberto o processo de descentralização da Fiscalização, que a medida visa o melhor aproveitamento dos recursos humanos que compõem a Fiscalização do GPL e pô-los à disposição dos municípios.

Capapinha quer contar com os «novos» fiscais no ordenamento do trânsito automóvel da capital e na

solução do problema do estacionamento, para além da educação da população em matéria de saneamento básico, ensinando-a, sobretudo, a depositar o lixo em locais apropriados e a horas.

«A missão de limpeza e de saneamento básico da cidade deve também merecer a vossa participação, chamando o munícipe, informá-lo sobre o que deve ser feito, onde deve depositar o lixo, para ganhar consciência de que tudo deve estar arrumado numa capital como a nossa", observou.

2.7 O impacto da transferência do comércio grossista para a zona suburbana

Capital...24-11-07



Estevão Katunda, Estudante

Com relação a este assunto, julgo que a deslocação destes armazéns grossistas do meio urbano para o suburbano vai melhorar a imagem da própria cidade capital. Uma das vantagens é que vai contribuir, de certa forma, para a diminuição dos engarrafamentos, uma vez que estes armazéns grossistas trazem as suas mercadorias por meio de contentores nos camiões. O que se passa é que o comércio grossista atrai um certo número de revendedores, e estes por sua vez produzem muito lixo, porque deixam ali as caixas das mercadorias que acabaram de comprar. Acho que isto só trará vantagens para a população.



João Andre, Estudante

Acho que se for para melhorar a condição de vida da população em geral ela é bem-vinda. Nas áreas da cidade onde estão os armazéns grossistas constata-se muito lixo e mais desorganização. Se a lei se efectivar, penso que as autoridades governamentais têm de arranjar mecanismos para que os clientes possam chegar a essas zonas sem dificuldades. Só temos a ganhar com esta nova lei.



Gabriel da Costa, Funcionario Publico

Sendo que esta lei vem para melhorar a questão da circulação de pessoas e bens, acho que só trará benefícios, uma vez que vai ajudar a combater os engarrafamentos, a excessiva produção de lixo por parte dos vendedores ambulantes e retalhistas no momento em que fazem a compra do produto, porque deixam ali os sacos, as embalagens de papel, denegrindo, assim, a imagem da cidade. Isto também trará mais valia porque vai descentralizar um pouco a actividade comercial. Porque aparecerá mais pessoas a investirem noutras áreas. Mas se temos estes pontos positivos também tem os negativos, que será a forma de transporte das pessoas comerciantes. Porque tendo em conta a distância do local, os meios de transporte se tornarão mais caro.



Baptista da Silva, Professor

A base de sustentação do país é o comércio, porque é que proporciona o desenvolvimento. Em qualquer situação que estamos presentes há o comércio, que é feita pela troca de bens. Se precisar comprar roupa, calçado e comida é lógico que precisarei de agentes que façam a venda destes produtos. O que tem que acontecer é o seguinte, as coisas têm que estar bem organizadas de forma a não promover o descontentamento de nenhuma das partes. Acho que só com o andar do tempo, após que se vigorar a lei, é que poderemos ver os pontos positivos e negativos.

2.8 Missão quase «impossível»

Capital...24-11-07

Não há dúvidas de que o principal pomo de desordem na capital do país é a venda ambulante, que cada vez mais ganha contornos graves. Em tudo quanto é cato há aglomerados de mulheres com bacias e produtos expostos, retirando da cidade o seu real aspecto urbano. Estudiosos sociais já vão admitindo que grande parte dos vendedores de rua provém de fora de Luanda, sobretudo, das províncias do centro-sul. E como se não bastasse, já há por aí chineses também a zungar. O problema é antigo e em muitos sectores diz-se que

atingiu o nível em que está ante a permissividade das autoridades, mormente da própria direcção de Fiscalização que estatutariamente deve velar pela boa cidadania.

Desta que se espera seja de vez, o GPL promete pôr fim à venda em lugares impróprios, assegurando que, por isso se estão a inaugurar novos mercados. Só que, estes mercados ficam vazios porque a população foge ao fisco, preferindo ir atrás do cliente. «E vir atrás do cliente significa ficar na estrada, depois o cliente passa com o carro; e um cliente desavisado pára, compra, interrompe os outros, porque esta lá alguém a vender. .. », atestou Capapinha, para quem tudo isso tem crescido porque «Luanda, hoje, transformou-se num centro mais fácil de negócio».

«Vender um plástico com água dá dinheiro; vender uma laranja, uma banana, serve; vender livros, e até filmes pornográficos, também serve. Há que ensinar a população que viver numa capital como a nossa tem preço e tem regras», que na óptica do GPL passam pelo regresso dos vendedores de rua aos seus bairros e façam lá os seus negócios. «Não consigo entender como é que uma pessoa que vive no Kazenga tem que vir vender banana no centro da cidade, quando lá há mercado e há poder de compra. Saem do Golfo para vender na baixa da cidade. Uns acordam às sete da manhã, ficam até às 22h00 na Baixa sem fazer nada .

Têm necessidade de urinar, «encostam-se num canto qualquer e fazem o que querem».

Trata-se pois de uma tarefa, à partida difícil, se se tirar como exemplo a balbúrdia em que se transformaram zonas como o São Paulo e Congolenses onde todos os dias se assiste a correrias entre agentes da Ordem e comerciantes, sem qualquer resultado plausível quanto ao estabelecimento efectivo da ordem. Mas como diz o GPL Capapinha que já não há tempo para cunha, a sociedade espera com ansiedade.

«O tempo da cunha acabou.

Não há mais cunha para ninguém. Trabalhamos, crescemos, estamos chamados a governar, lutamos para ter um país independente, e a independência tem regras, e os bons sinais de governação têm métodos. A boa governação de que se fala noutros cantos do país passa pelo comportamento singular do cidadão. E nós aqui estamos numa desordem total, sob a desculpa da guerra. O fugir da guerra não significa viver na anarquia», enfatizou.

2.9 Despachos ordenam registo de 55 imóveis a favor do estado

Semanario Angolense...24-11-07

Entre 24 de Setembro e oito de Outubro, foram publicados em Diário da República 55 despachos

conjuntos dos ministérios da Justiça e do Urbanismo e Ambiente, ordenando o registo de igual numero de unidades imobiliárias a favor do Estado angolano.

Edifícios habitacionais localizados em distintas cidades angolanas, como Luanda, Benguela ou Lubango foram alvo dos despachos publicados em Diário da República no espaço de uma quinzena, sendo que alguns deles estavam registados de nome de pessoas singulares. Segundo apurou o Semanário Angolense, podem tratar-se já dos efeitos de um despacho com o qual em Janeiro deste ano, o ministro da Justiça ordenou a abertura de processos administrativos para reverter situações de desconfisco ocorridas até aquela data. Logo no primeiro dia útil após à tomada dessa decisão, em Janeiro, 80 pedidos de revisão deram entrada no Ministério da Justiça, mas, segundo informações obtidas por este jornal, 154 pedidos foram até agora recebidos nas instituições que tramitaram a questão, os ministérios da Justiça e do Urbanismo e Ambiente. As informações dizem que a determinada altura, 22 processos que estavam para ser tramitados nos tribunais ficaram solucionados a favor do Estado.

Ao ordenar a reversão dos processos de desconfisco e dos despejos a eles subjacentes, o Ministério da Justiça julgar estar a defender o primado da lei. Processos de despejo atingiram inquilinos de imóveis em situação de confisco, no quadro daquilo que ficou instituído com a aplicação da lei 03/76, de três de Março (que confisca os bens económicos) e 43/76, de 19 de Junho (que confisca o património habitacional). A questão mais relevante colocada nestas duas leis é da «ausência injustificada» do país por um prazo superior a 45 dias, considerado para todo o intervalo entre três de Março de 1976 e 22 de Setembro de 1992, que é quando entrou em vigor a Lei 19/91, para Venda do Património Habitacional do Estado.

É verdade que em certos aspectos, as leis 03/76 e 43/76 deixaram de ter coerência, como foi, por exemplo, a ausência de cidadãos ligada a motivos políticos, como aqueles que se conheciam aos aderentes da FNLA e da UNITA, mas a verdade é que já em 1995 a situação dos confiscos estava a reverter de tal forma a favor dos antigos proprietários, que o Governo fez aprovar na Assembleia Nacional a Lei 07/95, para dar como válidas e irreversíveis as nacionalizações e confiscos de 1976. No seu preâmbulo, esta última lei considerava que muitos cidadãos que legalmente habitam imóveis confiscados ou passíveis de confisco, com base numa relação contratual com o Estado, por processos não transparentes, vinham sendo destituídos do imóveis que ocupavam legal e pacificamente ao longo dos anos.

Os tribunais, que entretanto foram tramitando os litígios decorrentes do que parece ter sido um processo massivo de apropriação do património habitacional do

Estado, foram dando provimento às petições de antigos proprietários e seus representantes, ignorando o postulado na lei.

É assim que surgiu a decisão do ministro da Justiça.

Tecnicamente, trata-se de um recurso extraordinário, uma prerrogativa do Código Civil (artigo 771) prevista para os casos em que a sentença tenha sido tramitada em julgamento por prevaricação, concussão, peita, suborno ou corrupção do juiz ou de algum dos juízes que intervieram na decisão.

Outras fontes alertaram, entretanto, o Semanário Angolense para o facto de a publicação desses despachos poder representar apenas o registo de bens imóveis que, em situação de confisco, não tiveram os actos legalmente formalizados.

2.10 Governantes enganam vendedores dos Congolenses e São Paulo

Folha8...24-11-07

O passado dia 11 de Novembro foi vivido com tristeza pelos vendedores do mercado dos Congolenses e do São Paulo que esperavam ver inaugurados os respectivos mercados naquele dia o que não aconteceu. Grande parte deles fez-se cedo no local na ânsia de retomar as actividades. É como dizer que foram "aldrabados".

A tristeza justifica-se pelo facto dos vendedores estarem sem vender desde o passado dia 23.10 altura que foram retirados dos mercados provisórios em função das obras dos parques de estacionamento, feitos nos locais ocupados pelos vendedores desde o encerramento dos mercados.

Na altura que foram dispensados dos mercados provisórios, os vendedores receberam promessas de retomarem as actividades cerca quinze dias depois o que não veio a acontecer, surgindo então a promessa de que tal aconteceria no dia 11 de Novembro em alusão as festividades da Dipanda.

A verdade é que tal não aconteceu. Pouco ou nada sabe-se sobre a razão do referido adiamento, embora vozes próximas do processo comentam que se deveu a ausência no País do Presidente da República, José Eduardo dos Santos que é quem deve reinaugar o referido empreendimento.

Facto, no entanto, é que em função dos portões do mercado permanecerem encerrados os vendedores e familiares enfrentam imensas dificuldades, porquanto "o comércio é o a base de sustentação da família de boa parte dos vendedores" como fizeram questão de sublinhar as que falaram à reportagem.

As Administrações dos dois municípios defendem não existir razão para tamanho descontentamento por terem criados outras alternativas como é o caso do

mercado dos Tunga-Ngó, no Bairro do Rangel. Entretanto, em função dos referidos locais não apresentarem condições muitos são os vendedores que optaram em esperar pelo dia da reinauguração em casa, acreditando que deveria dar voto de confiança nas promessas dos governantes.

O não cumprimento da promessa fez com que, nos últimos dias, a "guerra" entre os vendedores e os agentes da ordem pública, um cenário antigo, tomasse contornos preocupantes. Além disso, também preocupa os moradores que, desta feita, vêm obrigados a deslocarem noutras locais as habituais compras de casa. A par disso, nesta altura entre os vendedores vive-se a preocupação em função da impossibilidade de serem todos albergados no novo mercado que tem uma capacidade para perto de mil vendedores contra os três mil do mercado antigo.

2.11 Refugiados beneficiam de micro-credito

Jornal de Angola...26-11-07

Refugiados de vários países residentes em Luanda, desde 2005, estão a beneficiar de um programa de MicroFinanças da Kixi-Crédito, avaliado em 265 mil dólares, segundo o director de operações, Laureano Gabriel.

Segundo Laureano Gabriel, que falava durante um encontro com os potenciais clientes, o Programa de Micro-Finanças (Kixi-Crédito) contempla 334 clientes.

O programa começou com um financiamento de 50 mil dólares doados pela UNHCR, que permitiram o arranque do programa, concedendo créditos a grupos solidários à luz do protocolo existente com o órgão das Nações Unidas.

Laureano Gabriel disse que, naquela altura, o financiamento atribuído era insignificante. A Kixi-Crédito retirou do seu fundo um valor de 215 mil dólares para aumentar o programa.

O Programa de MicroFinanças (Kixi-Crédito) teve o seu início, em 1999, como programa da ONG angolana Development Workshop (DW), com fundos do Governo britânico, através da ONG Defid.

"Foram estes fundos que deram impulso ao surgimento do Programa de Micro-Finanças da DW", disse Laureano Gabriel. A instituição encontra-se em fase de transformação há mais de um ano, deixando de contar com os doadores de fundo para créditos.

O responsável disse que a sua instituição continua a operar com fundos iniciais dos doadores e tem recorrido a créditos dos bancos formais.

"Nós recorremos a estes créditos para aumentar a nossa carteira", disse. O director de operações do Kixi-Crédito reafirmou o apoio institucional do Governo.

Para maior sucesso, o KixiCrédito tem mantido encontros regulares com o Banco Sol, Banco de Poupança e Crédito, instituições que trabalham diretamente em micro-finanças. O Programa de Micro-Finanças (Kixi-Crédito) opera nas províncias de Luanda e Huambo e vai estender-se às províncias de Cabinda e Bié, no próximo ano.

Com uma carteira de crédito de 4 milhões de dólares, o Kixi-Crédito controla 11 mil clientes entre nacionais e refugiados.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Angola estuda experiência moçambicana para criação das autarquias locais

Jornal de Angola...01-11-07

O modelo de organização e administração adoptado pelo Conselho Municipal de Maputo foi elogiado ontem pelo Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, porque permite a interacção entre o sector público e o sector privado e a sociedade civil, num processo conducente à criação de melhores condições de vida.

Falando durante a cerimónia em que recebeu a Chave da Cidade de Maputo, o Presidente José Eduardo declarou que o modelo em causa é uma experiência que Angola está a estudar com muito cuidado, porque poderá ser bastante útil para o país, no momento em que há reflexões para o estabelecimento das autarquias em alguns municípios do país, e principalmente em algumas cidades.

"É uma experiência que nós estamos a estudar com muito cuidado, pois poderá ser bastante útil para Angola, no momento em que há reflexões que são feitas para o restabelecimento das autarquias no nosso país, nos municípios, principalmente nalgumas cidades declarou o Chefe de Estado.

Recorde-se que os dois governos assinaram terça-feira, no final das conversações oficiais, um Protocolo de Cooperação no domínio da Administração do Território, que visa o estabelecimento e o reforço do âmbito e formas de cooperação entre os dois Ministérios, através do sistema de comunicações administrativas, capacitação institucional e geminação.

Dos Santos agradeceu a distinção que lhe foi feita, através da atribuição da Chave da Cidade, considerando aquele acta simbólico como querendo significar que as portas da cidade de Maputo estão abenidas a todos angolanos que queiram visitar a capital moçambicana.

José Eduardo dos Santos agradeceu ainda o acolhimento caloroso que foi dedicado pela população de Maputo, que esteve presente em todas as visitas que efectuou, como testemunho da hospitalidade africana.

"Nós saímos daqui com boas recordações", disse o Presidente da República.

3.2 Proposta de OGE para 2008 dá entrada no parlamento

Jornal de Angola...01-11-07

O Governo procedeu ontem a entrega à Assembleia Nacional da proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2008, avaliada em cerca de dois triliões e meio de Kanzas.

O projecto do Orçamento Geral do Estado foi entregue pelo ministro das Finanças, Pedro de Morais, tendo sido recebido pelo terceiro vice-presidente da Assembleia Nacional, Benjamin Paiva. Sérgio José Pedro de Morais, a actual proposta representa um aumento de cerca de trinta por cento em relação ao orçamento que vai ser executado durante este ano e mantém os objectivos gerais e específicos do programa do Governo.

"Vamos incidir uma parte muito grande dos recursos nos sectores sociais e vai se prosseguir com todos os programas de reabilitação de infra-estruturas, cuidando também aqui dos aspectos logísticos desses projectos de reabilitação", adiantou. O ministro das Finanças explicou ainda que o orçamento de 2008 surge no quadro de uma conjuntura económica interna favorável, tendo destacado o controlo da inflação, o equilíbrio da taxa de câmbio e o superavit fiscal como factores fundamentais para a estabilidade macroeconómica.

O OGE/2008 prevê uma taxa de inflação na ordem dos 10 por cento, cifra considerada pelo ministro das Finanças como absolutamente razoável e equilibrada, à luz dos níveis de crescimento económico de quinze por cento que o país vem registando, e sem perda do poder de compra por parte dos rendimentos da população.

O petróleo representa neste orçamento a maior fonte de receitas, com uma taxa de 70 por cento, considerada igualmente pelo titular da pasta das Finanças como razoável, tendo em conta o nível de produção petrolífera a qual aquela receita está directamente ligada.

O ministro disse não haver necessidade ingente de se fazer alterações ao nível da produção petrolífera, porque os níveis actuais, de cerca de 13 por cento, respondem perfeitamente aos objectivos do Governo.

José Pedro de Morais explicou que o OGE - 2008 foi elaborado com base no preço de 55 dólares o barril, como medida de salvaguarda do Governo, para evitar que o nível de despesa seja influenciado pela flutuação do preço do crude no mercado mundial e que escapa ao domínio de Angola.

"Portanto, se fixássemos a despesa ao nível correspondente a receita proveniente deste preço conjuntural podia acontecer que uma baixa de preço teria que nos obrigar a rever a despesa em baixa. Para não acontecer isso, estabelecemos um preço de segurança de 55 USD que nos permite perfeitamente cobrir todo o programa

de despesa que nós temos", disse. O ministro adiantou que o excedente resultante dessa variação de preço no mercado vai para o Fundo de Reserva do Tesouro Nacional.

Segundo a presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Joana Una, que assistiu a entrega da proposta, a sessão de apresentação oficial do orçamento por parte do Governo aos deputados terá lugar no dia 8 de Novembro.

"O Governo procedeu a entrega hoje, temos previsão de realização de uma sessão plenária de apresentação do OGE no dia oito de Novembro para a sua discussão e aprovação na generalidade, seguindo-se a sua apreciação na especialidade até o dia 14 de Dezembro", frisou.

O OGE/2008 deve ser aprovado definitivamente até 15 de Dezembro, conforme estabelece o Regimento Interno da Assembleia Nacional.

3.3 Planos Regionais do Ordenamento do Território

Folha8...10-11-07

OS Planos Regionais do Ordenamento do Território (PROT) são instrumentos de carácter programático e normativo que têm como objectivo a obtenção de um correcto ordenamento do território através do desenvolvimento harmonioso das suas diferentes parcelas, cujo resultado das implantações humanas e do aproveitamento racional dos seus recursos teriam como base o aproveitamento racional dos referidos recursos, isto é duma síntese, se quisermos feliz dos propósitos que devem, quanto a nós, presidir a caracterização dos " PROT's" que, por sua vez, é um plano que, apesar de pródigo na lei 03/04 de 25 Junho, tem algum amparo no regulamento geral dos planos directores, onde se procura incentivar a individualização dos planos definíveis como instrumentos de gestão do ordenamento do território, cujo destino seria o da promoção, racionalização e ocupação dos seus recursos. (...)

Em resumo, os PROT's não são mais do que os programas de ordenamento racional das regiões caracterizadas pela homogeneidade de interesses, visando a uma melhor distribuição dos agrupamentos humanos, mais adequado aproveitamento e utilização dos respectivos recursos.

Quanto a nós, os objectivos evidenciados nos PROT's são os de carácter programáticos, atendendo às suas finalidades essenciais que passam pelos:

a) Desenvolvimento sócio-económico equilibrado, melhor distribuição dos sectores produtivos, controlo do crescimento das áreas congestionadas e alargamento dos benefícios ao interior;

b) Utilização racional do espaço, protecção dos solos agrícolas e das áreas sensíveis, designadamente de interesse turístico;

c) Protecção e gestão racional dos recursos naturais e do ambiente, impedindo a distribuição do meio natural, protegendo e valorando os patrimónios histórico, físico e cultural;

d) Melhoria da qualidade de vida da população residente, de modo a proporcionar condições de acesso e estabilidade no emprego, alojamento, benefícios sociais, culturais e qualidade de ambiental. Para além do PROT, podemos visualizar para o caso concreto de Angola, a figura do "PROZET" plano regional de ordenamento para a zona envolvente, em que se pode pôr em evidência a homogeneidade dos interesses das regiões abrangidas e a natureza programática do plano que se lhe refere. Sendo o Plano Director Municipal, o instrumento do Ordenamento Territorial, integrado num sistema articulado de planeamento nacional, cujos instrumentos para o caso do nosso país englobam pelo menos quatro variáveis, que são:

No âmbito territorial (nacional, provincial, municipal, local);

Tipo de ocupação do solo (urbano ou rural);

Âmbito da intervenção (ambiente, defesa, acessibilidades habitação dentre outros);

Características de áreas específicas. Visualizamos um quadro futurístico, onde as Administrações Municipais estejam em condições de determinar a elaboração do PROZED, que deveram estabelecer que este plano poderá incluir os Municípios ribeirinhos.

O crescimento brawniano, que se tem verificado na cidade de Luanda, tem estado a provocar, como já é por demais consabido, desequilíbrios, observando-se vastas zonas de ocupação desordenadas do espaço, pelo que, quanto a nós, é indispensável uma política mais conseguida de Ordenamento que organiza estes espaços, de furma a garantir o crescimento equilibrado das actividades humanas, melhorando as condições e a qualidade de vida das populações e preservar os recursos naturais e a qualidade ambiental.

3.4 Comunidades angolanas estão mal servidas

Folha8...10-11-07

A ineficiência do saneamento básico, a ineficácia do fornecimento de energia eléctrica e água potável e não só, mas também a prevalência da poluição sonora, da delinquência e de mais males que preocupam e enfermam a sociedade angolana, denunciam a ausência de municipalidade autêntica em Angola. O facto penaliza o cidadão angolano que, na falta de vereadores competentes, clama pela inversão da situação.

É que sem vereadores capazes, os municípios sujeitam-se a uma vida desregrada. Basta um simples olhar para o quotidiano angolano, para se notar a ausência de municipalidade nas cidades de Angola, espantosamente desprovidas de vereadores preparados para o desempenho das funções cometidas e de velarem por proporcionar aos cidadãos condições de vida condigna. Não fosse a ausência de dirigentes capazes de acomodar sensibilidades, nem lixo, nem irregularidades no sistema de distribuição de água às populações haveria. Não haveria, por outro lado, poluição sonora, nem divergência entre vizinhos em consequência do desrespeito à privacidade.

A lacuna em questão penaliza de tal forma as populações que intrigadas interrogam porque é que os municípios permanecem entregues a bicharada ou, convenhamos, à sua sorte?

Entender tal questão é um exercício doloroso, sobretudo para gente idosa que hoje, pelo sim e pelo não, é forçada a sentir saudades de um tempo em que a municipalidade existia e, graças a ela, as comunidades desfrutaram das vantagens da sua existência.

Fica difícil para um cidadão que se habituara a ser morador de bairros onde a higiene era acautelada por programas locais de saneamento público, encarar o lixo e as águas estagnadas que quaisquer cidadãos em tempos sabiam ser adversos à saúde humana.

Não é fácil para quem já beneficiou dos préstimos das municipalidades de outrora, viver como se vive, actualmente, em Angola.

O cidadão consciente dos males gerados pelo lixo em excesso, pelas águas estagnadas, pela poluição sonora e outros que, actualmente, atentam à segurança sanitária e sobrevivência das populações, tem, diante dos factos, de concluir que as comunidades angolanas estão mal servidas que, em consequência disso, os incompetentes aos quais até ao momento a autoridade vigente confiou a tarefa de verear, façam-se render por verdadeiros vereadores. (...)

A anarquia vivida nos centros urbanos, onde a ordem e o civismo estão notoriamente rendidos pela anarquia e pelo vandalismo, a educação e o bom senso, substituídos pela má língua e pela insubordinação, espelham a ausência do dirigente ideal para a condução dos homens em comunidade, enguiço que, a prevalecer, tende a eternizar o sofrimento das gentes que depois de tanto padecerem merecem jus habitarem em aglomerados em que os cidadãos se sintam, realmente, em paz e harmonia.

3.5 OGE será aprovado em Dezembro

Folha8...10-11-07

O orçamento Geral do Estado (OGE) para 2008 deverá ser aprovado em definitivo pela Assembleia Nacional a 13 de Dezembro, de acordo com o calendário de discussão da proposta orçamental anunciado no dia 08. 11, em sessão plenária. Orientada pelo presidente em exercício da Assembleia Nacional, João Lourenço, a plenária limitou-se à apresentação, pelo Governo, das propostas de OGE-2008 e da Lei de Aviação Civil, bem como à aprovação dos programas de trabalho das comissões permanentes do Parlamento. Coube ao primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, a apresentação das linhas gerais fundamentadoras da proposta de OGE-2008, consubstanciada numa receita de dois triliões e meio de kwanzas e despesa de igual montante.

Após esta apresentação, a proposta volta a debate no dia 14 de Novembro, para discussão e votação na generalidade, seguindo-se a sua apreciação nas comissões de especialidade, com os competentes membros do Governo, até seis de Dezembro.

3.6 Quadro jurídico das Ongs vai a debate

Agora...10-11-07

O Fórum angolano das Organizações Não-Governamentais (Fonga) realizou, esta terça-feira, 6, em Luanda, uma conferência nacional para debater o papel das organizações sociais em Angola

O líder do Fonga, António Kiala, disse à Voz da Américã que o certame foi uma oportunidade para se analisar o actual quadro jurídico legal das Ongs, no âmbito das recentes observações feitas pelo Governo quanto à actividade de algumas associadas do fórum.

O Fonga pretende, deste modo, reafirmar o papel e a importância da sociedade civil nas questões da consolidação da paz e da democratização da sociedade, bem como no progresso e o bem-estar social.

António Kiala avançou ainda que o evento analisou os quadros de referência que as Ongs utilizam, entre os quais o combate à pobreza e os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

Os participantes pretendem também criar mecanismos de aproximação entre as instituições do Estado e o sector da sociedade civil, com vista a criar bases para uma agenda comum. A política do Governo sobre a sociedade civil também foi abordada.

Peritos e representantes do Governo foram convidados a apresentar temas de interesse para os objectivos do conclave.

3.7 Realizada conferência nacional da sociedade civil do Fonga

Cruzeiro do Sul...10-11-07

Encerrou, esta quinta-feira, em Luanda, a Conferência Nacional da Sociedade Civil, do Fórum das Organizações Não Governamentais Angolanas (Fonga).

O encontro que decorreu desde terça-feira, na Universidade Católica de Angola (Ucan), abordou questões relacionadas com a reafirmação da importância e o seu papel na consolidação da paz, da democracia, progresso e bem-estar social.

Com a realização da actividade, pretendeu-se promover a troca de experiências e diálogo entre as organizações da sociedade civil, assim como contribuir para o aprofundamento da coordenação e diálogo entre estas organizações e as instituições do Estado e demais actores.

Os temas do encontro foram repartidos em sete partes, nomeadamente "A sociedade civil em Angola", "Sociedade civil: quadro legal e ambiente operacional", "Cidadania: engajamento cívico e participação do cidadão", "Governança e políticas públicas", "Formas de organização e espaços de interacção", "Sociedade civil e construção de opinião pública" e "Engajamentos e compromissos e agora?"

Sob o lema "Construindo Unidade na Diversidade", a reunião contou com a participação de uma série de organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras, que operam em Angola, com o objectivo de contribuir para um melhor conhecimento público sobre o papel da sociedade civil na resolução de problemas que afligem a população em geral.

Visou ainda envolver um conhecimento mútuo entre os seus actores (instituições do Estado, empresas e sociedade civil) para a criação de bases para a construção de uma agenda comum, ponto de partida para parcerias que respondam às necessidades da sociedade Angolana.

3.8 OGE com «dinheiro invisível» para eleições no próximo ano

Capital...24-11-07

Esta é a segunda reunião de cúpula dos «maninhos» realizada após o 10º Congresso, onde os delegados ao encontro reflectiram, até à exaustão, sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2008 aprovado recentemente e que vem maculado em alguns capítulos.

Causa, por exemplo, grande estranheza a Samakuva e correligionários o facto de importante documento da

vida do país não contemplar em nenhum dos seus capítulos uma alínea que consagrar verbas atinentes à realização de eleições legislativas previstas e prometidas para o período entre Maio e Setembro de 2008.

Para o maior partido na oposição angolana não tem qualquer sustentabilidade os últimos pronunciamentos do Presidente da República, feitos em encontros recentes mantidos na Namíbia e em Moçambique, e também com presidente brasileiro, em Luanda, onde o mesmo reiterou, com alguma frequência, a promessa de realização de eleições ainda no próximo ano.

Embora ainda sem uma data definida, o certo é que tanto com Lulas da Silva, Lucas Pohamba e Armando Guebuza, José Eduardo dos Santos reforçou a sua convicção de que as eleições legislativas teriam mesmo lugar no ano que vem, quaisquer que sejam os constrangimentos, facto que para a UNITA começa já ficar por terra dado o facto de não estar ainda definido o dinheiro para a realização do sufrágio.

É entendimento dos «maninhos» que tudo o que tem sido dito até agora conformem apenas um discurso laudatório, do tipo para «inglês ver». É que segundo constatação do partido começa-se a ficar sem certezas o facto de agora vir a público uma constatação, que parece incontornável, que pode ser aferido por qualquer cidadão que consultar o OGE existe uma verba idêntica de 2007, no OGE do próximo ano, para o serviço normal que a Comissão Nacional Eleitoral e os gabinetes eleitorais desempenham, «mas não foi previsto a verba para a realização de eleições legislativas».

«Isso é muito grave», reconheceu Adalberto da Costa Júnior, o secretário para Informação do «galo negro», para quem é importante que o mesmo (OGE) seja alterado em tempo oportuno para o bom andamento de um processo que, na eventualidade de se realizar mesmo em 2008, se pretende transparente e abrangente.

Mais grave ainda é que tudo isso poderá beliscar todos os esforços consentidos pelos angolanos para o bom andamento do processo de registo, quando, ao fim e ao cabo, não estão definidos quanto é que a casa gastará para a realização deste há muito aguardado, intra e extramuros, acto cívico para a vida nacional.

a «flagra» da UNITA vem, de certa forma, «destapar a careca» do que começa já a ser o indício de capítulos mais rocambolescos da cena política doméstica para os próximos dois anos e, ao mesmo tempo, vem «destrocar» tudo aquilo que foi dito pelo primeiro-ministro angolano, quando admitia, por altura da apresentação do OGE aos deputados para a sua aprovação, que o mesmo documento contemplava já a «massa» para as eleições legislativas.

3.9 Governador defende harmonização do direito costumeiro ao positivo

Angop...28-11-07

O governador da província da Lunda Norte, Francisco Gomes Maiato, defendeu terça-feira, no Dundo, a necessidade de se harmonizar o direito costumeiro ao positivo, tendo em conta o papel de liderança das autoridades tradicionais nas comunidades. “Devemos encontrar também um ponto de encontro, uma confluência entre o direito costumeiro e o moderno”, sublinhou o governante, que falava no acto da abertura do segundo encontro provincial sobre o estatuto jurídico da autoridade tradicional. Realçou a importância deste encontro que visa discutir aspectos relacionados com o poder dos líderes tradicionais e o seu relacionamento com o Estado. Gomes Maiato disse que o governo angolano, em particular o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tem realizado várias acções no sentido de conferir à autoridade tradicional o respeito e a dignidade que ela merece, no contexto nacional e africano.

O encontro termina hoje..

3.10 Governo provincial realiza encontro sobre a autoridade tradicional

Angop...30-11-07

O Governo da Província de Luanda (GPL) realiza hoje, sexta-feira, o encontro provincial sobre a autoridade tradicional, com objectivo de abordar a situação deste extracto da sociedade com o desenvolvimento da administração do Estado em Angola. Segundo uma nota de imprensa do GPL, chegada à Angop, o encontro, a decorrer no Museu de História Natural, será aberto pelo governador provincial de Luanda, Job Capapinha.

No decorrer do encontro será também discutido o tema "Autoridade tradicional: génese, conceito, preceito, hierarquias, estrutura, processos de sucessão, sítios e lugares sagrados", "A coabitação da autoridade tradicional com estado" e a "Situação económica da autoridade tradicional".

Foram convidados para dissertar no evento os professores universitários Fernando França Van-Dúnen, Carlos Feijó e João Pinto, bem como o vice-ministro da Cultura, Virgílio Coelho, informa o documento.

Os participantes ao encontro terão a oportunidade de visitar a exposição fotográfica sobre "Símbolos do

poder tradicional", patente no hall do Museu de História Nacional.

3.11 Cidade de Malanje acolhe seminário regional sobre planos directores

Jornal de Angola...30-11-07

Governadores, vice-governadores, administradores municipais, directores de Gabinetes do Estudo e Planeamento e responsáveis do Instituto Nacional do Ordenamento Territorial das províncias de Malanje, Bengo, Luanda, Kuanza-Norte e Sul estão desde ontem a ser capacitados em Malanje em matérias sobre planos directores das respectivas localidades.

A capacitação visa promover o melhoramento do planeamento urbano das referidas cidades, e é promovida pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente em coordenação com a assessoria da Presidência da República para os Assuntos Locais e Regionais.

A sessão de abertura foi orientada pelo governador de Malanje, Cristóvão da Cunha. Segundo ele, o ordenamento do território representa o ponto de equilíbrio da grande plataforma de desenvolvimento, que estabelece a ordem em termos de localização física e geográfica da acção conjugada de vários actores e programas.

Durante dois dias, os responsáveis provinciais vão abordar temas como o programa de descentralização política e administrativa, desenvolvimento municipal, instrumentos jurídicos do ordenamento do território, visão estratégica sobre o ordenamento do território e as relações do ordenamento do território, planeamento físico com o desenvolvimento social e económico.

Os planos directores e o processo de planeamento e gestão urbanística, análise de casos de estudo, ordenamento biofísico, gestão territorial dos espaços rurais, instrumentos de gestão territorial de escala urbana, plano de urbanização a pormenor, apresentação dos diagnósticos das províncias do Kuanza-Norte e Malanje, análise de casos de estudos locais, problemas de gestão dos espaços urbanos, assim como os instrumentos de gestão urbanística constam igualmente das matérias a serem discutidas durante o seminário regional.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Eleições legislativas país serão convocadas até Setembro de 2008

Jornal de Angola...01-11-07

As eleições legislativas em Angola serão convocadas até Setembro de 2008, conforme acordado na última reunião do Conselho da República, realizada o ano passado, reafirmou ontem o Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Em declarações à imprensa, no final da visita de dois dias que efectuou a Moçambique, o Chefe de Estado angolano informou que o registo eleitoral terminou com o apuramento de cerca de oito milhões de eleitores, devendo o órgão encarregue de organizar o processo apresentar o seu relatório final para análise da CNE, que por sua vez fará as recomendações que lhe convierem ao Presidente da República.

"Tal como ficou acordado numa reunião realizada no ano passado do Conselho da República, que é o órgão de consulta do Presidente da República, mas também é aproveitado para buscar consensos sobre questões importantes de interesse nacional, as eleições legislativas deveriam ser convocadas no período de Maio a Agosto de 2008", disse.

"Terminado o registo eleitoral, a comissão de registo eleitoral (Comissão Inter-Ministerial para o Processo Eleitoral) vai apresentar o seu relatório final, a CNE vai apreciar esse relatório, que submeterá ao Presidente da República e por sua vez, nos termos da Constituição, deverá convocar as eleições naquele período, entre Maio e Agosto, e eventualmente Setembro de 2008".

José Eduardo dos Santos garantiu a realização de eleições legislativas em Angola no próximo ano em três pronunciamentos diferentes nas últimas três semanas. Referindo-se à visita, o Presidente José Eduardo dos Santos disse que as discussões mantidas com o seu homólogo; Armando Guebuza, foram frutuosas e também aquelas mantidas entre as duas delegações governamentais.

"Eu diria que os resultados ultrapassam as expectativas", declarou aos jornalistas.

O Chefe de Estado angolano recordou que foram assinados vários acordos em vários domínios importantes, ressaltando o empenho demonstrado por todos para levar à prática os entendimentos alcançados.

Explicou que os acordos visam dar sequência ao processo de transformação que os dois países estão a operar, criando sociedades democráticas, economias mais

abertas e organizar a sociedade civil para que possa intervir de forma cada vez mais activa, auxiliando os poderes públicos na resolução dos problemas das populações.

"Foi para nós um grande prazer encontrar os nossos irmãos moçambicanos, sobretudo os velhos amigos e companheiros de luta, com os quais passamos muitas vicissitudes e sacrifícios para criar as pátrias de Agostinho Neto e Samora Machel que temos hoje", disse Dos Santos. A visita permitiu ainda que os dois países pudessem reflectir como caminhar no futuro com vista a tornar realidade o sonho dos angolanos e moçambicanos que querem viver bem do ponto de vista económico e social, e querem almejar o nível de vida que os países desenvolvidos alcançaram. Armando Guebuza considerou que a visita revestiu-se de grande importância para todos os moçambicanos, e significa que os angolanos estão, como estiveram sempre, muito próximos dos moçambicanos e se preocupam pelo futuro comum.

"A visita permitiu que trocássemos impressões sobre a realidade dos dois países, da região, do continente e do mundo, e nós consideramos que os resultados são muito bons", disse o Presidente moçambicano, apontando como exemplo os Protocolos e Memorandos que foram assinados na terça-feira.

"Acreditamos que depois dessa visita as relações entre Angola e Moçambique serão muito mais reforçadas e que a cooperação, e sobretudo o intercâmbio entre os moçambicanos e angolanos vai também ser mais forte". Durante a manhã de ontem, o Presidente José Eduardo dos Santos foi homenageado pelo Conselho do Município de Maputo, que lhe atribuiu a Chave da Cidade. Ao meio da manhã, Dos Santos reuniu-se por mais de uma hora e meia com o seu homólogo. Antes de deixar o Gabinete do Presidente Guebuza, os dois Chefes de Estado falaram à imprensa. Armando Guebuza e sua esposa apresentaram cumprimentos de despedida ao Presidente José Eduardo dos Santos, no aeroporto Internacional de Maputo. Centenas de populares, entre os quais membros, da comunidade angolana, deslocaram-se também ao aeroporto para se despedir do Chefe de Estado angolano.

Dos Santos deixou a capital moçambicana às 14 horas de Maputo (13h em Angola), depois do cumprimento das honras militares.

4.2 Sacrifício dos brigadistas merece respeito

Jornal de Angola...01-11-07

A notícia de que a população da Serra das Neves não foi registada não deixou indiferente o coordenador da Comissão Executiva Provincial para o processo Eleitoral do Namibe, Fernando Paixão, que considerou mesmo de descabidas e atentatórias ao respeito que merece o trabalho realizado pelas brigadas no terreno. Segundo Fernando Paixão, a actuação destes políticos só pode confirmar uma pura falta de responsabilidade, desmerecedoras de credibilidade, pela falta de verdade e por não considerar o esforço das pessoas que se sacrificaram ao longo do processo.

O coordenador da CEPPE explicou que a brigada destacada no Mamue percorreu toda a extensão das regedorias, das aldeias, comunas, mencionando as localidades da Mupanda, Maiandja, onde a própria CEPPE tinha informações de que havia pessoas por se registar, tendo feito deslocar as brigadas, de propósito, percorrendo toda a periferia da comuna do Mamue e a própria Serra das Neves.

“Como vocês (jornalistas) tiveram oportunidade de ouvir, tanto as autoridades tradicionais, como administrativas da própria comuna, até os próprios brigadistas e fiscais de brigada, que trabalhamos arduamente para que se cumprisse com as cifras preconizadas para esta comuna e está claro que não restou gente para regista”, disse.

Para Fernando Paixão, a Comissão Provincial Executiva para o Processo Eleitoral do Namibe, cumpriu com aquilo que eram as metas, justificando que os brigadistas trabalharam no Mamue praticamente até aos últimos dias.

"A brigada destacada no Mamue só saiu da localidade no dia 5 de Agosto, e essa movimentação deveu-se ao facto de constatarmos que não havia mais necessidade de manter a equipa naquela localidade. Só para terem uma ideia, entre os dias um e cinco de Agosto, a brigada apenas efectuou três registos, razão pela qual concluímos que já não havia mais populares em idade activa para se registar", sublinhou.

O registo eleitoral em toda a extensão da província do Namibe foi considerado um êxito, pelo que não podia ser diferente numa localidade como a Serra das Neves, um lugarejo com reduzido número de habitantes.

4.3 Exposição dos cadernos de registo eleitoral não põe em causa o calendário político

Folha8...10-11-07

O coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Virgílio de Fontes Pereira, garantiu no dia 07.11, em Luanda, que o processo de exposição dos cadernos de registo eleitoral não põe em causa o calendário político que visa a realização de eleições previstas para o próximo ano.

O também ministro da Administração do Território, que falava em conferência de imprensa, afirmou que o período de consultas e reclamações vai até ao final do mês em curso.

"Depois da triagem dos números dos eleitores, foram apurados 8 milhões, 91 mil e 103 cidadãos e os nomes estão distribuídos em 10 mil e 365 cadernos, contendo mil eleitores, sendo em ordem alfabética", afirmou anunciando que o horário de atendimento será das 09 horas às 17 horas, de segunda a sexta-feira, e das 09 às 15 horas, aos sábados e aos domingos. O governante explicou que a exposição não significa afixação de listas, mas sim colocar à disposição dos cidadãos, dos partidos políticos e coligação de partidos, os cadernos de registo eleitoral, comportando os elementos que a lei prevê. Reagindo às declarações de Virgílio Fontes Pereira, o presidente do Partido Nacional Independente de Angola, Sebastião Zimbo, referiu com a exposição dos cadernos eleitorais que estão criadas as condições para a realização de eleições no próximo ano.

"Estamos satisfeito com os passos dados pela Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE)" disse salientando que só falta o cadastramento eleitoral daqueles cidadãos que vão completar 18 anos na altura das próximas eleições.

Este político que acredita em haver eleições no próximo ano, referiu que os últimos pronunciamentos do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, relativamente ao assunto animaram os partidos políticos da oposição.

4.4 Muitos cidadãos não constam dos cadernos eleitorais

Folha8...10-11-07

O Vice-ministro da Administração do Território para as eleições, Edeltrudes Costa, afirmou no dia 08.11, em Luanda, que dos oito milhões 91 mil e 103 cidadãos inicialmente registados, dois mil e 197 deles não constam dos cadernos eleitorais por terem declarado residir em localidades desconhecidas, ou ainda por terem promovido o duplo registo, entre outras situações suspeitas.

O governante prestou esta informação durante um encontro com os representantes dos partidos políticos com e sem assento parlamentar, onde tomaram o conhecimento dos procedimentos a observar pelos cidadãos para a consulta dos cadernos eleitores.

"Os nomes desses cidadãos serão alistados para que tenham conhecimento da situação, e só poderão normalizar a situação durante a fase de actualização dos eleitores", disse o vice-ministro da Administração do Território.

Os políticos tomaram conhecimento dos procedimentos adoptados pela Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) para a apresentação e atendimento de eventuais reclamações.

A exposição dos cadernos, cujo prazo vai até ao dia 30 deste mês, teve no dia 08.11 em algumas localidades do país para que os cidadãos possam consultá-los e apresentar as suas reclamações às entidades de direito, caso constatem irregularidades ou omissão de dados. Na ocasião, Edeltrude Costa reiterou a irreversibilidade do processo e o cumprimento dos prazos estabelecidos para que o escrutínio se efective em 2008, precisando que as inquietações manifestadas pelos seus interlocutores serão encaminhadas aos restantes órgãos intervenientes no processo para a sua análise.

4.5 Cadernos eleitorais provisórios vão ser apresentados em dezembro

Angolense...10-11-07

Os cadernos eleitorais começaram a ser expostos quinta-feira, 08, em todo o país, anunciou um dia antes em conferência de imprensa, em Luanda, Virgílio de Fontes Pereira, Coordenador da CIPE (Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral)

A lei eleitoral prevê que 15 dias depois do fim do registo eleitoral, deve proceder-se à exposição dos cadernos eleitorais, o que aconteceu com um atraso de dois meses. A oposição acusa o Governo de violar a referida lei.

Os cadernos de registo eleitoral são as listas com os nomes e outros dados de identificação dos eleitores registados em cada município, comuna, bairro ou povoação.

A exposição dos cadernos visa permitir que os cidadãos registados confirmem se os seus nomes constam das listas e se os seus dados de identificação estão ou não correctamente escritos.

Se não constarem ou se estiverem errados, o cidadão registado ou as demais entidades previstas na lei podem apresentar, por escrito, uma reclamação à respectiva Comissão Executiva Municipal para o processo Eleitoral (CEMPE).

"Os cadernos de registo eleitoral. estão prontos e vamos iniciar a sua exposição no país", indicou o também Ministro da Administração do Território (MAT).

Virgílio de Fontes Pereira esclareceu que a exposição dos referidos cadernos não significa a afixação dos mesmos, pois são no total 8 091.103 eleitores registados cujos dados constam em cerca de mil cadernos de formato A4.

"Um caderno de registo eleitoral deve comportar no máximo mil eleitores. Os cadernos têm um formato de A4 e a folha tem a largura de 21 cm. Se afixarmos estes cadernos, ocuparão um espaço de cerca de 80 mil metros quadrados (m²), o que é muito difícil", disse, precisando que o modo da exposição destes cadernos será de consulta.

A consulta é facultativa. Para fazê-lo, o cidadão deve dirigir-se aos postos de consulta e reclamação que funcionarão todos os dias, incluindo Sábado e Domingo, das 09 as 17 horas, nos locais onde funcionavam as brigadas de registo eleitorais.

Os cadernos de registo eleitoral serão expostos nas Administrações Municipais e Comunas, nos Bairros, nas Povoações e nas Comissões Executivas, provinciais e municipais, para o Processo Eleitoral, acrescentou ainda Virgílio de Fontes Pereira.

"Só deve acorrer ao posto de consulta e reclamação o cidadão que se registou", advertiu o ministro. Pode reclamar, qualquer cidadão eleitor, partidos políticos ou coligação de partidos.

A reclamação deve ser apresentada à respectiva entidade registadora, no caso à CEMPE. Compete à CEMPE decidir sobre a reclamação e afixar as decisões na respectiva sede de funcionamento, explicou o ministro, acrescentando que a reclamação admite recurso para o MAT que deverá decidir no prazo de 72 horas e se o eleitor não concordar com a decisão, pode recorrer junto do Tribunal Constitucional.

"A consulta começa a 08 e termina a 30 de Novembro e em Dezembro de 2007 devemos apresentar os cadernos provisórios.

O ministro anunciou que este processo de consulta será seguido por uma segunda via, que chamou de Postal, no fim da qual a CIPE vai apresentar os cadernos definitivos, "porque os que vamos apresentar em Dezembro próximo, serão provisórios, e sofrerão correcções".

O ministro denunciou que durante a sua visita a Capenda Camulemba, na Província da Lunda Norte, se registaram actos de vandalismo protagonizados por cidadãos estrangeiros.

"Os vândalos foram instrumentalizados por alguns cidadãos e organizações que defendem o registo eleitoral dos estrangeiros", acrescentando sem citar qualquer nome que "fazia mal a alguns cidadãos os

êxitos do registo eleitoral.

4.6 Há cidadãos registados sem nomes nos cadernos afixados

Capital...24-11-07

Quando já só restam poucos dias para o fim do período de consulta e apresentação de reclamações aos dados constantes nos cadernos eleitorais de cidadãos registados no âmbito do processo de registo eleitoral, a UNITA entende que nem tudo está feito às claras, que há muitas arestas que carecerem de lima.

«Uma grande quantidade de informação nos chegam no sentido de que se está a interpretar de forma errada a lei. A lei diz que se deve consultar os cadernos eleitorais nos locais onde se fez o registo ou nos locais onde as pessoas indicou que gostria de poder votar», defendeu o responsável do partido.

É que, à semelhança do que revelou por altura do fim da campanha do registo eleitoral, ou seja, da existência de muitas «zonas cinzentas», cujos cidadãos não foram tidos nem achados pelas brigadas, o «galo negro» volta a bater na mesma tecla, pois entende que há ainda muita coisa que se diga sobre o processo, agora na fase de afixação dos cadernos.

O que se verifica agora, segundo a UNITA, é que existem um número bastante elevado de pessoas que não estão a encontrar os seus nomes nos locais onde se registaram. «Estam os a começar a ouvir responsáveis dos gabinetes eleitorais a dizer que os nomes foram enviados para os endereços constantes nos bilhetes de identidade, o que não está estipulado na lei», salientou.

«Com a não existência dos nomes todos nos locais que a lei determina, estamos exactamente a prever que um elevado número de pessoas não vai poder verificar os seus nomes nesses locais», salientou. E o que vai acontecer? «Não vão poder verificar em tempo bom se os dados estão bem ou mal e muitos desses cidadãos de forma errada, mas em interpretação correcta da lei, quando forem votar vão dirigir-se aos locais onde fizeram o registo e os seus nomes não vão estar lá», pelo que correm, por isso, o sério risco de não puderem exercer este direito.

A UNITA prefere não falar em «processo viciado» dadas repercussões que tal poderá produzir. Prefere antes tipificar este assunto de «preocupante e pouco transparente», mais a mais por as campanhas cívicas não serem tão esclarecedoras quanto aos locais para consultas.

O partido dirigiu já um pedido de urgente à tutela (CIPE), no sentido desta vir a público confirmar os procedimentos para as consultas e reclamações dos cidadãos. «Os angolanos devem estar devidamente esclarecido dessas razões e o governo deve

rapidamente repor aquilo que é o seu compromisso repetido de que, na realidade, vamos ter eleições», sugeriu.

4.7 OGE com «dinheiro invisível» para eleições no proximo ano

Capital...24-11-07

Esta é a segunda reunião de cúpula dos «maninhos» realizada após o 10º Congresso, onde os delegados ao encontro reflectiram, até à exaustão, sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2008 aprovado recentemente e que vem maculado em alguns capítulos.

Causa, por exemplo, grande estranheza a Samakuva e correligionários o facto de importante documento da vida do país não contemplar em nenhum dos seus capítulos uma alínea que consagrar verbas atinentes à realização de eleições legislativas previstas e prometidas para o período entre Maio e Setembro de 2008.

Para o maior partido na oposição angolana não tem qualquer sustentabilidade os últimos pronunciamentos do Presidente da República, feitos em encontros recentes mantidos na Namíbia e em Moçambique, e também com presidente brasileiro, em Luanda, onde o mesmo reiterou, com alguma frequência, a promessa de realização de eleições ainda no próximo ano.

Embora ainda sem uma data definida, o certo é que tanto com Lulas da Silva, Lucas Pohamba e Armando Guebuza, José Eduardo dos Santos reforçou a sua convicção de que as eleições legislativas teriam mesmo lugar no ano que vem, quaisquer que sejam os constrangimentos, facto que para a UNITA começa já ficar por terra dado o facto de não estar ainda definido o dinheiro para a realização do sufrágio.

É entendimento dos «maninhos» que tudo o que tem sido dito até agora conformem apenas um discurso laudatório, do tipo para «inglês ver». É que segundo constatação do partido começa-se a ficar sem certezas o facto de agora vir a público uma constatação, que parece incontornável, que pode ser aferido por qualquer cidadão que consultar o OGE existe uma verba idêntica de 2007, no OGE do próximo ano, para o serviço normal que a Comissão Nacional Eleitoral e os gabinetes eleitorais desempenham, «mas não foi previsto a verba para a realização de eleições legislativa».

«Isso é muito grave», reconheceu Adalberto da Costa Júnior, o secretário para Informação do «galo negro», para quem é importante que o mesmo (OGE) seja alterado em tempo oportuno para o bom do andamento de um processo que, na eventualidade de se realizar mesmo em 2008, se pretende transparente e abrangente.

Mais grave ainda é que tudo isso poderá beliscar todos

os esforços consentidos pelos angolanos para o bom andamento do processo de registo, quando, ao fim e ao cabo, não estão definidos quanto é que a casa gastará para a realização deste há muito aguardado, intra e extramuros, acto cívico para a vida nacional.

a «flagra» da UNITA vem, de certa forma, «destapar a careca» do que começa já a ser o indício de capítulos mais rocambolescos da cena política doméstica para os próximos dois anos e, ao mesmo tempo, vem «destrócar» tudo aquilo que foi dito pelo primeiro-ministro angolano, quando admitia, por altura da apresentação do OGE aos deputados para a sua aprovação, que o mesmo documento contemplava já a «massa» para as eleições legislativas.

4.8 Partido de Salvação defende sensibilização em línguas nacionais para eleições

Angop...30-11-07

O Presidente do Partido de Salvação Nacional (PSN), João Domingos Francisco Simão, defendeu hoje, sexta-feira, no Sumbe, província do Kwanza Sul, a necessidade da impressão, em línguas nacionais, de material ilustrativo, tendente a sensibilizar os cidadãos sobre a educação cívica e o direito que os confere na participação das eleições legislativas, previstas para 2008. Em declarações à Angop, a margem de uma palestra sobre a trajectória deste Partido, sublinhou que, com material ilustrativo em línguas nacionais, muitos cidadãos ficariam bem informados e saberiam com participar, de forma ordeira e organizada, nas eleições.

Segundo o Político, a sua organização não recebeu nenhuma reclamação sobre alegados atropelos no acto de registo eleitoral e disse que recebeu informações de que os seus militantes consultaram os cadernos e estão a trabalhar na educação cívica para as eleições legislativas. O PSN vai efectuar jornadas de reflexões, com vista a uma maior participação dos cidadãos nas eleições.

Durante a sua visita ao Kwanza Sul, o presidente do PSN foi recebido pelo governador da província em exercício, Victor Alves da Silva, de quem recebeu explicações sobre vários projectos em execução, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos e outros sobre a Reconstrução Nacional.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Educação lança método moderno de alfabetização

Jornal de Angola...10-11-07

O Primeiro DVD didáctico do Ministério da Educação, uma inovação no sistema de alfabetização visando erradicar o fenómeno em Angola, foi lançado ontem em Luanda, num acto em que o titular do pelouro, António Burity da Silva, se fez presente.

De acordo com António Campos, assessor de imprensa do Ministério da Educação, a modalidade áudio-visual é um recurso didáctico importante, porque possibilitará a democratização do ensino e o alcance fácil a todos os grupos envolvidos no processo.

Acrescentou que o DVD proporcionará a divulgação das formalidades pedagógicas, em consonância com o contexto sócio-cultural do público a que se destina.

Para ele, o projecto ora lançado constitui não só um subsídio para a planificação das actividades de alfabetização, como também propicia o intercâmbio de ideias e a reflexão solidária para uma aprendizagem parceira entre alfabetizadores e alfabetizandos.

Inicialmente, disse, serão produzidos 300 unidades do DVD correspondentes ao módulo 1, composto por vários capítulos, entre os quais a aula entrevista, escada dos níveis, contrato didáctico, ambiente alfabetizador e merenda pedagógica.

Na ocasião, o ministro da Educação, Burity da Silva, recordou que a vídeo-aula é considerada pelos especialistas na área como uma ferramenta de reforço importante para assegurar a cidadania de grandes contingentes de angolanos que não sabem ler nem escrever",

Segundo o ministro da Educação, a utilização de uma nova concepção sobre a aprendizagem permite em poucos meses elevar o nível de formação dos professores e a redução das elevadas taxas de analfabetismo.

Anunciou a realização, em Luanda, nos dias 29 e 30 do corrente mês, de um primeiro seminário de gestores do ensino de jovens e adultos. O objectivo do seminário é analisar os resultados iniciais do programa em curso.

5.2 Kilamba Kiaxi realiza campanha de registo para crianças

Angop...10-10-07

O Centro de Julgado de Menores, localizado no município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, leva a cabo, desde o mês de Setembro, uma campanha de registo de crianças abandonadas, perdidas, órfãs e rejeitadas, fez saber hoje à Angop o director da instituição, Januário António.

A fonte disse que os petizes, dos zero aos cinco anos de idade, estão a ser registados em nome das mães titulares, mulheres que se mostraram disponíveis em adoptar uma criança. Muitas destas mães titulares foram sensibilizadas a acolher e adoptar as crianças abandonadas e rejeitadas, órfãs e perdidas, depois de vários encontros de sensibilização com as comunidades e igrejas situadas na localidade. Segundo o responsável, a campanha tem como objectivo dar uma identidade a essas crianças, por forma a melhorar o atendimento no projecto de abastecimento alimentar (Leite e Papas) desenvolvido pela secção municipal da Assistência e Reinserção Social (Minars).

Acrescentou que para a realização desta actividade o centro de julgado de menores conta com o apoio do Minars local, administração municipal e da quarta conservatória de registo civil, esta última instituição afecta ao município do Sambizanga. A campanha iniciada em Setembro vai prolongar-se até ao próximo mês de Novembro. Por outro lado, Januário António disse que no terceiro semestre do corrente ano o julgado de menores registou nove casos com destaque para os maus tratos físicos, abandono familiar e crianças perdidas, menos um ao igual período anterior. Disse ainda que até ao final do ano o centro vai continuar a desenvolver acções de sensibilização para desencorajar os abusos contra os petizes. O município do Kilamba Kaixi é composto por seis comunas, nomeadamente Palanca, Golf, Vila do Estoril, Havemos de Voltar, Camama e Neves Bendinha, com uma população estimada em cerca de um milhão de habitantes.

5.3 Mais de cinco mil alunos terão acesso ao ensino no Uíje

Jornal de Angola...12-11-07

Mais de cinco mil crianças em idade escolar dos municípios do Negage e do Uíje poderão ingressar, no próximo ano lectivo, no sistema de ensino, com a inauguração, nos dias 9 e 10 de Novembro, de seis escolas do primeiro nível.

As inaugurações das seis escolas enquadraram-se no âmbito dos festejos do 11 de Novembro, Dia da Independência Nacional, e foram efectuadas pelo coordenador do grupo de acompanhamento do Conselho de Ministros para a província do Uíje, Afonso Pedro Canga, pelo governador local, Bento Cangulo e por Abraão Gourgel, vice-ministro da Indústria. O município do Negage beneficiou de duas escolas do primeiro nível, sendo uma na comuna de Kisseke e outra em Cangundo, localidades que distam 26 quilómetros da sede municipal.

Cada escola tem seis salas de aulas, com capacidade para 60 alunos, devidamente apetrechadas com carteiras novas. Ainda no Negage foi também reinaugurado o Palácio da Justiça, totalmente reabilitado "no quadro do mesmo projecto. A cidade do Uíje beneficiou de quatro escolas do primeiro nível, sendo uma em Catombe, escola Cinquenta e Sete, vulgo Papelão e a escola do Gay, todas construídas de raiz, com oito salas cada e apetrechadas com carteiras. A escola do Tangi, para além das oito salas, beneficiou ainda de um complexo residencial para os professores e um centro de saúde. No quadro das mesmas festividades, os populares do bairro da Pedreira foram brindados com um fontenário equipado com um sistema de tratamento de água e reservatórios com capacidade para fornecer dois mil e 100 litros por dia.

Depois de proceder ao corte de fita dos empreendimentos sociais, entregues ao Governo da província do Uíje, o ministro acompanhante do projecto, Afonso Pedro Canga, manifestou-se satisfeito com a qualidade das obras apresentadas.

5.4 Huíla terá mais 15 mil salas de aulas até 2015

Jornal de Angola...26-11-07

As autoridades da província da Huíla vão, até 2015, construir nos seus 14 municípios 15 mil 301 novas salas de aula, com o objectivo de acabar com o "fenómeno" crianças fora do sistema de ensino e o analfabetismo.

O processo, que deve começar em 2008 no quadro dos Programas de Investimentos Públicos de cada ano orçamental, vai elevar para mais de 200 mil o número de salas de aula existentes em toda província e garantir o acesso à escola de " pelo menos um milhão e quinhentas mil pessoas.

Em entrevista concedida sábado à Angop, a directora provincial da Educação, Cultura, Ciências e Tecnologia, Ana Paula Inês, disse que só este ano foram erguidas em toda província um total de 676 salas de aula em todos os níveis.

Informou que na província estima-se que existam 38

mil crianças fora do sistema de ensino, número que há dois anos era estimado em 70 mil.

O sistema de ensino público na província da Huíla enquadra actualmente mais de 800 mil alunos em todos os níveis, ou seja, do primário ao superior.

5.5 Alfabetizadas mais de 25 mil pessoas no Kwanza-Norte

Jornal de Angola...26-11-07

Um total de 25.690 pessoas adultas no Kwanza-Norte aprenderam a ler e a escrever, no âmbito de um programa levado a cabo pelo Departamento Provincial de Alfabetização, iniciado em Janeiro último, revelou, em Ndalatando, o director provincial interino da Educação, Velinha Joaquim de Barros.

Velinha de Barros, que discursava no acta alusivo ao Dia do Educador, frisou que os alfabetizados foram instruídos por 1.500 alfabetizadores, todos trabalhando em regime de contrato.

Ele revelou, por outro lado, que 32.378 alunos e 2.105 professores na província participaram na primeira fase de experimentação da reforma educativa. A experiência foi levada a cabo a nível do ensino primário até ao médio. Velinha Barros esclareceu também que o advento da paz permitiu a expansão do ensino primário por todo território da província.

Dos dez municípios que compõem a província, os de Cazengo, Cambambe, Ambaca, Quiculungo e Bolongongo conta já com institutos médios.

Velinho de Barros disse igualmente que no presente ano lectivo foram matricula dos 85.073 alunos, dos quais 8.005 no ensino pré-escolar, 53.170 no primário, 7.026 no I e II ciclos e 460 no ensino superior. Três mil e 560 alunos encontram-se até agora fora do sistema normal de ensino.

A província possui 2.420 salas de aula, estando em construção 157, que entrarão em funcionamento no próximo ano, para absorver 12.560 estudantes.

A província tem 719 alunos no ensino especial, instruídos por oito professores especializados. A partir de janeiro próximo, técnicos do sector irão capacitar outros professores em todos os municípios da província.

5.6 ONU vai balancear resoluções relativas à criança

Angop...29-11-07

A Organização das Nações Unidas vai este ano proceder ao balanço das quatro linhas sociais da criança, determinada pela sua Assembleia Geral Especial realizada em 2002, anunciou hoje, em Luanda, a directora nacional do Instituto Nacional da Criança,

Eufrazina Maiato. A responsável do INAC deu a conhecer o facto na sessão de abertura do 1º Encontro Nacional de Pioneiros Agostinho Neto (OPA) que decorrerá até ao dia 1 de Dezembro, data que coincidirá com o 44º aniversário da organização. Eufrazina Maiato esclareceu que as referidas linhas sociais foram traçadas para um período de cinco anos (2002/2007) com vista a promoção de uma vida saudável e de uma educação de qualidade. O combate ao Vih/Sida e à todas as formas de abusos, exploração e violência contra a criança presidiram, também, esta iniciativa da ONU. A directora do INAC disse que o evento se realiza num contexto particularmente importante, caracterizado pela existência de uma série de processos destinados a proporcionar à criança possibilidades de sobrevivência, protecção e da não discriminação. Eufrazina Maiato está convencida de que a nível das organizações da qual Angola é membro, foram montadas estratégias de prevenção contra todas as formas de violência e o tráfico de menores. Para o presidente da OPA, António Rosa, o encontro de pioneiros visa analisar o funcionamento da organização, da base ao topo, recolher sugestões para melhorar os aspectos organizativos da vida da criança no geral. Participam do evento 250 delegados provenientes de todas as províncias do país, eleitos nas diversas assembleias, que tiveram lugar de 2 a 14 de Outubro do ano passado, em que estiveram envolvidos 1900 pioneiros.

5.7 Ministério da Educação lança livro sobre o ensino técnico-profissional

Angop...29-11-07

“Uma revolução silenciosa em Angola: o ensino técnico-profissional antes e depois da independência” é o título do livro a ser lançado sexta-feira, no Instituto Médio de Economia de Luanda, numa iniciativa do Ministério da Educação (MED). Segundo uma nota, chegada hoje, quinta-feira, à Angop, a actividade insere-se nas comemorações dos 32 anos de independência de Angola, assinalado a 11 de Novembro. O livro, refere o documento, é uma contribuição para a história da educação, enquanto trabalho de pesquisa, que culminou com a edição do mesmo, coordenado pela historiadora Maria Ermelinda Zau. Com curso do Ramo de Formação Educacional (Pós-Licenciatura) em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa,

Ermelinda Zau fez a sua licenciatura em História – Ramo Científico pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A autora teve como ideia suprir a exiguidade de trabalhos publicados sobre educação em Angola, tendo em conta a importância deste sector na formação de recursos humanos necessários à promoção do desenvolvimento.

Segundo o editor da obra, Raimundo Lima, as razões para que tal ocorra encontram-se expressas neste estudo que, a partir de uma grelha epistemológica, procurou proporcionar aos leitores uma melhor compreensão das finalidades da Educação, face às políticas de formação levadas a cabo antes e depois da independência, bem como as repercussões das mesmas na actividade laboral. Assim se analisam e entendem os motivos que levaram à adopção, logo após a independência, de um novo conceito de Ensino Técnico-profissional que, no actual contexto da competitividade do mercado, teve de ser revisto, face ao défice de mão-de-obra qualificada e ao crescimento das taxas de desemprego. Para a elaboração do livro, a autora contou com contribuições de Emílio Leôncio, Filipe Zau, Maria José Rocha, João Américo Pereira e Guerrivaldo Tomaz no trabalho de pesquisa e na elaboração do livro propriamente, cuja edição sai com 10 mil exemplares.

Ao prefaciar o estudo, Filipe Zau, mestre em Relações Inter culturais e doutorado em Ciências da Educação, fala que o trabalho permite comparar dados relativos a matrículas, currículos, perfis de entrada e saída de estudantes, professores e gestores, modelos de administração e políticas educativas de antes e pós-independência, sem perder de vista as opiniões de responsáveis políticos em diferentes épocas da história da Formação Profissional e do Ensino Técnico-profissional em Angola. Segundo ele, após o fim da guerra em Angola, se dá a emergência de uma verdadeira revolução silenciosa com a implementação da Reforma do Ensino Técnico-profissional (RETEP). Para tal, o Governo investiu o equivalente a 48 milhões de dólares para promover uma mudança estruturante neste subsistema de ensino, a partir de um diagnóstico dos paradigmas de formação realizados nos períodos colonial e pós-independência, recorrendo: à base material, à análise dos currículos, ao tipo de organização e gestão escolar, à formação e preparação do corpo docente, aos perfis de entrada e saída dos alunos.

Foram também feitos estudos sobre a relação entre as escolas técnicas a criar e as necessidades económicas locais e regionais, de modo a se estabelecerem relações entre as instituições de formação e a comunidade onde

foram inseridas. O trabalho inicial apoiou-se em estudos de carácter económico e sociológico, bem como em dados estatísticos para maior suporte da própria Reforma do Ensino Técnico e Profissional – RETEP – que prevê, inicialmente, um total de 48 institutos, em todo o país, dos quais 33 deles construídos de raiz, sem ignorar a formação de professores como um dos elementos mais importantes de todo este processo..

5.8 Kwanza-Sul alfabetiza sete mil cidadãos

Jornal de Angola...29-11-07

O director provincial do Kwanza-Sul do Ministério da Educação e Cultura, Pedro Sabino Veríssimo, disse, na cidade de Porto-Amboim, que o projecto denominado "Angola bem alfabetizada", a ser implementado de 2006 a 2015, vai formar sete mil 168 cidadãos na região.

O responsável frisou que 250 docentes vão assegurar a formação dos cidadãos em toda extensão da província do Kwanza-Sul. "Esta dinâmica docente-educativa dará habilidades básicas para a vida, através do domínio da leitura, escrita e cálculo, a todos interessados". Realçou que desta forma o governo da província pretende gradualmente cobrir e superar as dificuldades de acesso ao ensino. De salientar que foi a 22 de Novembro de 1976 que o primeiro Presidente da República, António Agostinho Neto, na fábrica da Textang, em Luanda, proferiu o discurso de abertura da campanha de alfabetização.

5.9 Executivo assume 11 compromissos sobre a situação da criança

Jornal de Angola...29-11-07

Onze compromissos sobre combate à violência, educação, justiça juvenil, prevenção e redução do VIH-Sida, esperança e vida e segurança alimentar da criança foram ontem aprovados pelo Conselho de Ministros.

Os compromissos tinham sido já assumidos pelo Governo, agências do sistema das Nações Unidas e parceiros sociais sobre a criança em Angola.

O documento tem quatro áreas temáticas sobre compromissos relativos à criança dos zero aos cinco anos, dos seis aos 18 anos, compromisso com todas as crianças e compromisso para garantir a sustentabilidade das conquistas à favor das crianças.

Um dos compromissos refere-se à esperança de vida das crianças e reafirma a continuidade de actividades

programadas no plano estratégico para a redução acelerada da mortalidade materna e infantil até 2009, visando a cobertura universal de três modalidades, nomeadamente rede fixa de serviços públicos de saúde, das Organizações Não-Governamental e igrejas.

Este primeiro compromisso preconiza como metas a redução em 50% à actual taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos, em 30% à taxa de desnutrição de crianças menores de cinco anos e igualmente em 30% à taxa de mortalidade materna.

O ministro da Reinsersão Social, João Baptista Kussumua afirmou que a concretização dos princípios aprovados poderá êngajar melhor o Governo e maximizar os seus esforços para o êxito em matéria de defesa dos direitos da criança.

De acordo com João Baptista Kussumua, o Governo pretende transmitir ao mundo, a mensagem de que não é verdade absoluta de que o país é um dos lugares no mundo, onde morrem mais crianças menores de cinco anos. "Para isso, queremos operacionalizar este conjunto de compromissos e contamos com a intervenção de 16 ministérios, ou seja, sectores ministeriais que fazem parte do Conselho Nacional da Criança", referiu.

"Os esforços que estão a ser feitos pelo Governo deverão contrariar as informações que nos colocam como um dos países onde mais crianças morrem antes dos cinco anos" acrescentou.

Os compromissos aprovados ontem durante a 10ª sessão ordinária do Conselho de Ministros, resultaram do terceiro Fórum Nacional sobre a Criança, realizado entre os dias 12 e 14 de Junho do ano em curso.

5.10 Grupo Mandriva apoia projecto de informatização de escolas

Angop...30-11-07

O grupo romeno de software "Mandriva" promete apoiar, com dez mil computadores, projectos de informatização das escolas angolanas, anunciou hoje, em Luanda, o presidente da organização, François Bancelhon.

O anuncio foi efectuado a saída de uma audiência que lhe foi concedida pelo primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos. François Bancelhon informou que os computadores estarão disponíveis a preços acessíveis e terão um software que ser designará "angolinux", desenvolvido por quadros angolanos. Por sua vez, o presidente do Conselho de Pesquisa das Universidades da Roménia, Ioan Dumitrache, que também esteve na audiência com o primeiro-ministro, manifestou o interesse em cooperar com as autoridades

angolanas na formação de quadros. Ioan Dumitrache sublinhou haver já uma tradição na formação de quadros angolanos, entre os quais o vice-ministro da Ciência e Tecnologia, Pedro Teta, e que pretende estudar com as autoridades de Angola a possibilidade de continuar a formar quadros nos domínios de informática e tecnologias de informação. As duas individualidades ligadas a informática e tecnologias da informação da República da Roménia participam em Luanda desde quarta-feira no II Fórum das Tecnologias de Informação que encerra hoje.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Guerra dos terrenos instala-se no Benfica

Agora...03-11-07

Já não é novidade para ninguém que há uma grande "luta" por parte de populares para adquirir um terreno em zonas como a do Benfica, onde está a ser projectada a construção da cidade satélite. Este desejo está a levar os cidadãos mais afortunados e com influência no Governo a fazerem de tudo para conseguirem uma parcela naquela região de Luanda.

Os moradores da comuna do Benfica, na sua maioria camponeses, estão a ser constantemente despejados dos seus terrenos por parte de supostos Agentes de Campo da Administração e recebem apenas uma pequena parcela de terra, depois de os locais de transferência serem talhoados. Um dos casos mais chocantes aconteceu recentemente com um general do exército na reserva, que responde pelo nome de brigadeiro Kanjinji, de 50 anos de idade. Apesar de mostrar uma aparência física que denuncia o seu frágil estado de saúde, o velho "guerreiro" se disponibilizou em levar a nossa equipa de reportagem ao local, para constatarmos "in loco" o estado em que se encontra aquela, que é uma das suas grandes "paixões", o cultivo, mas que a ambição dos homens com poder está a destruir. O brigadeiro Kanjinji, segundo apuramos, é apenas um dos muitos camponeses da região a quem estavam a ser retiradas as suas terras por cidadãos que se auto denominam "agentes de campo" na administração e que actuam com carta branca dada pelo mais alto representante do governo provincial de Luanda na comunal.

O general na reserva disse que ocupou o terreno em 1990 e desde aquela altura tem desenvolvido no local a actividade agrícola, mas que por motivos de saúde teve de afastar-se temporariamente da lavra. Quando regressou, em Março, encontrou a área dividida em talhões e uma boa parte desta já tinha sido comercializada.

"Não fui informado que o terreno seria talhoadado nem que uma parte dele seria comercializado pelo pessoal da administração comunal. Quando cheguei na minha lavra, encontrei uma senhora que mandou meter pilares numa parte do meu terreno e disse que comprou o mesmo da administração. A mim só restava contactar a dona Ana, secretaria do ex-administrador, para receber a ficha da outra parcela do terreno que lhe foi atribuída", frisou.

Os terrenos são retalhados e divididos em talhões por um grupo de indivíduos que têm as máquinas adequadas para este tipo de serviço. O nosso interlocutor, tinha um terreno cuja dimensão era de dois hectares de terra, equivalente a 1.800 metros quadrados, mas depois do mesmo ser talhoadado, supostamente por ordem do ex-administrador comunal do Benfica, Joaquim Israel, sem o seu consentimento, recebeu apenas um terço daquilo que era o seu terreno. Segundo um dos engenheiro de construção civil que está a frente de um dos projectos de reconversão e ordenamento, no terreno do brigadeiro depois de se fazer o talhoadado devem ter saído cerca de 30 lotes, mas ao mais velho só lhe foram apenas entregues dois lotes.

"Mesmo estes dois lotes que me deram não estou a conseguir legalizar porque os funcionários da administração estão a dar muita volta para darem a ficha que permite legalizar o terreno", explicou. (...)

Na zona verde encontrámos vários terrenos ocupados por membros do governo e empresários com a ajuda do projecto de reconversão e ordenamento, enquanto que outros servirão para a construção de vários condomínios, entre os quais um para os deputados e outro para os antigos combatentes e veteranos de guerra.

"Há camponeses que têm mais de 2.000 hectares e que quando os membros do governo ou a Administração manifestaram o seu interesse pelo mesmos estes foram convencidos a vender a um preço que ronda entre os 500 e mil dólares", explicou. Por seu turno, o presidente da Associação dos Moradores do Kilamba, Cardoso Mucesse, disse que os tropas da UGP têm aterrorizado os munícipes e que no dia 14 de Julho do ano passado realizaram uma invasão e expropriação de terrenos que ficou marcado em suas vidas.

"Denunciamos o caso ao ex-administrador que, de seguida, foi ao local constatar in loco o que estava a acontecer. De seguida, criou uma comissão mista constituída por técnicos da administração, polícia afecta ao comando comunal e militares, e expulsaram os invasores".

De acordo com os nossos interlocutores, um grupo de tropas da UPG liderado pelo comandante Cobra e vários funcionários "fantasmas" da administração municipal da Samba, estão a frente das as ocupações anárquicas e venda de terrenos registadas naquela localidade. Os militares fazem o uso da força e de arma de fogo para levarem os camponeses a abandonarem as suas lavras. Neste preciso momento, os camponeses estão preocupados em legalizarem os terrenos junto da administração, enquanto que anteriormente não se preocupavam em fazê-lo pelo facto de acreditarem estarem ali devidamente.

6.2 Maculusso agastado com capapinha

Semanario Angolense...03-11-07

Desde há dois anos que os moradores de um dos chamados «prédios dos cubanos», ao Maculusso, começaram a ver a sua vida a ir para trás, quando se confrontaram com operários a vedarem a parte da frente dos edifícios, que eles utilizavam para parquear os seus automóveis.

Na altura, segundo fontes deste jornal, eles faziam-se acompanhar de agentes policiais e do 1.º superintendente Victor Fernandes, o director dos serviços de fiscalização do Governo Provincial de Luanda, que os intimou a retirarem as viaturas do local. Segundo os moradores da área, depois do espaço ter estado vedado durante dois anos, sem que lhe fosse dada qualquer serventia, foram surpreendidos há dias com trabalhadores da construtora portuguesa Soares da Costa a transportarem areia e outros materiais de construção para darem início à obra que, como se veio a saber depois, será um edifício de 12 andares, cuja propriedade é de alguém muito ligado ao próprio Governador Job Capapinha.

«Foi-nos dito por uma pessoa ligada ao projecto, que em frente ao nosso prédio nascerá um outro com doze andares, o que nos deixou abismados. Como é possível? Só mesmo em Angola, infelizmente. Ficamos sem parque de estacionamento e ainda corremos o risco de ficarmos sem visibilidade para a rua», desabafou um dos moradores, visivelmente agastado.

"O edifício será de uma dona muito ligada ao senhor governador, que quer fazer dele um pequeno centro comercial, além de uma zona para escritórios», afirmou um outro morador.

Porém, como constatou a reportagem do Semanário Angolense, as obras não têm licença de construção, nem qualquer outra informação «oficial» sobre o que será realmente. Há coisa de duas semanas, o sofrimento dos moradores aumentou, quando os funcionários da Soares da Costa, ao prosseguirem a obra, destruíram o cabo da EDEL que fornece energia eléctrica ao «prédio dos cubanos» em questão.

«A construtora devia ter feito uma pesquisa sobre as condutas que existem no recinto, uma das quais é do próprio hospital militar. Olha, marimbaram-se e o resultado é este: estamos sem luz», reclamou o cidadão Carlos Júnior Neto, morador do prédio em questão.

«A principio, pensamos que se tratava de um corte normal, desses que têm acontecido ultimamente, mas depois fomos ver que não, que eram os senhores da Soares da Costa que tinham rebentado um cabo da EDEL, obrigando os moradores a chamarem esta empresa, que nos informou tratar-se de uma avaria

grave», prosseguiu.

«Pedimos conta aos homens da construtora portuguesa, que disseram nada poderem fazer, vejam lá. Agora somos nós os prejudicados, sem ninguém para pedir contas. Os miúdos não podem estudar à noite, nesta altura de exames, porque não há luz, os frescos estão a estragar-se. Quem vai pagar tudo isso?», questionam-se os moradores, que agora se vêem aflitos para estacionarem os seus veículos.

6.3 Kwanza Sul: Governo confisca empreendimento de privados

Agora...03-11-07

O Governo do Kwanza Norte está a desenvolver uma acção que visa a recuperação de todas as instituições que foram adjudicadas aos empresários locais e que os mesmos não conseguiram recuperar-la.

No leque de instituições públicas que foram adjudicadas pelo então governador aos empresários, enquadra-se o Miradouro que, contrariamente as informações divulgadas, não pertence ao então governador Pedra Pacavira, mas sim ao ex-chefe do gabinete de Protocolo do Governo Provincial, que terá sido exonerado.

Entretanto, este gigante adormecido está a beneficiar de obras de reabilitação e entrará em funcionamento, com uma gestão privada, a partir do próximo mês de Fevereiro.

6.4 Fiscal detido por venda ilícita de terreno na zona da Samba

Semanario Angolense...10-11-07

Um fiscal afecto à Administração Municipal da Samba foi há três semanas detido pela Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), depois de ter sido acusado de proceder à venda ilegal de um terreno na comuna do Benfica.

Trata-se de Jesus Afonso N'gola que, segundo fonte ligada àquela instituição policial, vendeu o mesmo terreno a distintos cidadãos, tendo um deles movido uma queixa-crime contra o fiscal.

A fonte não precisou o montante da transacção, mas estima-se que seja na ordem dos milhares de dólares, a avaliar pela sobrevalorização dos espaços físicos naquela zona a sul de Luanda.

A detenção desse funcionário na DNIC foi, aliás, confirmada ao Semanário Angolense na semana passada por um dos responsáveis da Administração Municipal da Samba que disse não ter sido ainda informado oficialmente acerca das razões que levaram

à prisão de Jesus N'gola.

A fonte presume, no entanto, que ela esteja relacionada com a venda ilícita de terrenos naquela zona, um negócio que, como se sabe, tem estado na origem de diversas «batalhas campais» entre os cidadãos.

É o segundo fiscal a ser detido este ano, depois de um outro de nome José Adão Miguel ter sido encarcerado pelas mesmas razões naquela instituição policial. Tido como um dos maiores negociantes de terrenos no Benfica, José Miguel terá por sua conta vendido dezenas desses espaços físicos, o que lhe custou umas tantas detenções, sem que alguma vez tivesse sido levado e condenado à barra do tribunal. A facilidade com que José Miguel se desembaraça dos problemas judiciais leva a acreditar que tem recorrido com frequência ao suborno, de forma a garantir a sua impunidade, porque se assim não fosse há muito estaria a mofar na cadeia.

Face ao comportamento do referido fiscal, o mesmo responsável administrativo revelou que estavam em curso processos disciplinares contra os dois fiscais, que, na eventualidade, de comprovar o seu grau de culpabilidade podem ser irradiados da função pública. A fonte admitiu a existência de dezenas de processos disciplinares movidos contra outros fiscais por venda ilícita de terrenos. Revelou, por outro lado, que a administração local tinha as portas abertas para receber as queixas relacionadas com a venda ilegal de espaços físicos nas áreas sobre jurisdição da administração local. «Todos os cidadãos que se sintam lesados por tais práticas deverão apresentar as suas queixas à administração da Samba», reforçou o responsável da edilidade.

Desde que tomou as rédeas do município, há 2 anos, o administrador José Pedra Mayembe tem procurado impor uma certa ordem no circo, depois da bagunça que se registou com a venda de terrenos durante o consulado do seu predecessor, Costa Gabriel. Este, que agora se encontra à frente do município do Cacuaco, deixou atrás de si um enorme passivo relativo à venda arbitrária de terrenos.

6.5 Mais 800 famílias foram realojadas na cidade Luanda

Jornal de Angola...14-11-07

Oitocentas casas, para igual número de famílias, foram já distribuídas à pessoas que habitavam em zonas de Luanda onde decorrem obras de reabilitação ou construção de estradas e sistemas de esgotos, para melhoria da circulação do tráfego.

O facto foi dado a conhecer recentemente durante um encontro alargado entre o Gabinete Técnico de Coordenação dos Projectos de Luanda (GATEC) e emprei-

teiros encarregados das obras. O realojamento destas famílias, que decorre desde o segundo trimestre de 2006, tem sido feito em habitações construídas na Sapú e Zango. Segundo a direcção do Gatec, todos os meses é enviado um programa de transferência das famílias ao Programa de Realojamento, porém " tem sido difícil o seu cumprimento, porque o número de casas é inferior às necessidades. Os empreiteiros disseram que a falta de cimento e a dificuldade de realojar as pessoas são os principais constrangimentos que enfrentam.

A Angop apurou que esforços estão a ser conjugados junto do Programa de Realojamento no sentido de inverter-se o quadro, atendendo à necessidade dos empreiteiros.

Estiveram presentes no encontro os directores das empresas de construção a quem foram adjudicadas as obras, técnicos do Instituto de Estradas de Angola, membros do Gabinete de Reconstrução Nacional e representantes da Polícia Nacional.

Foram integradas no projecto a via expresso Luanda/Kifangondo, com início na Boavista, avenida Ngola Kiluanji, desde o mercado de São Paulo até Kifangondo, Quarta Avenida, ligando a Ngola Kiluanji à estrada de Catete e Quinta Avenida, da estrada de Catete à Avenida Ngola Kiluanji.

Constam ainda no programa de reabilitação os troços Sexta Avenida, ligando a estrada de Catete à Refinaria de Luanda, via Boavista/Tunga Ngó/estrada de Catete, estrada do Golfe Niana, a partir do Gamek e a rua do Sanatório.

As auto-estradas periféricas Cacucó Niana/Cabologongo, ligação Gamek-antigo controlo (Golf), Viana Kikuxi e Viana/Calumbo, passando pelo Zango, fazem igualmente parte do projecto.

6.6 FAO apoia instituições de gestão e posse de terra

Jornal de Angola...15-11-07

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) está a implementar, nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla, um projecto de apoio às instituições de gestão e posse de terra. O projecto é financiado pela União Europeia.

De entre as actividades, está a capacitação de quadros das administrações municipais nas províncias acima referidas.

Na sequência do seu programa de formação, foram então ministrados pelo projecto na província do Huambo cursos de Estatística Agrária a 12 funcionários das administrações municipais, sendo dez da Caála, um do Cuima e um da Calenga. Beneficiaram igualmente deste curso dois funcionários da Estação de Desenvolvimento Agrário da Caála e um da Ekunha.

Foram também ministrados cursos para a utilização do software ArcView 3.3 a 12 funcionários das administrações municipais, sendo cinco do Longonjo e sete do Bailundo. Um funcionário da Estação de Desenvolvimento Agrário do Longonjo e um outro do Bailundo beneficiaram igualmente deste curso .

6.7 Crédito Habitação: clientes encontram entraves

Jornal de Angola...23-11-07

As políticas administrativas aplicadas pelos bancos comerciais para a obtenção de um crédito habitacional desencorajam clientes. A morosidade, o custo elevado dos imóveis e outros procedimentos como conseguir um avalista credível, têm contribuído para o insucesso e desistência de muitas solicitações.

A maior parte dos bancos está aberto a conceder créditos habitacionais, mas as exigências impostas têm sido um factor que inibem os vários clientes que recorrem ao pacote, conforme revelou um trabalhador sénior do Banco de Fomento Angola (BFA), que preferiu o anonimato.

Por exemplo, uma das condições necessárias para o acesso ao crédito habitacional no Banco Africano de Investimentos (BAI) é ser um cliente com credibilidade aceitável na instituição e que tenha pelo menos depósitos actualizados durante um período de seis meses.

A avaliação da caução no BAI está calculada em 15 por cento do valor do imóvel, sendo o valor máximo do crédito habitacional concedido pelo BAI, segundo as fontes contactadas, é de até 500 mil dólares. Deste valor, a instituição assegura 90 por cento como forma de aliviar os custos do devedor.

Na prática, enquanto durar o empréstimo, a residência fica sobre tutela da instituição bancária até que o cliente liquide o valor total do imóvel.

No caso de surgir um infortúnio, os herdeiros têm a obrigação de assumir as despesas com o imóvel. No caso de algum incumprimento, o banco confisca o património e restitui alguns montantes já pagos.

Para ter acesso ao crédito habitação BAI, o cliente tem de possuir uma idade compreendida entre os 18 e 55 anos, sendo o prazo de reembolso de até 20 anos. Este período pode estar sujeito a negociações entre o cliente e o banco conforme os acordos estabelecidos entre as partes. Se no BAI, o valor do crédito habitacional chega aos 500 mil dólares já no Banco de Fomento Angola (BFA), o cliente deve solicitar um empréstimo máximo de até 300 mil dólares. Ainda possui o pacote de 100, 70 e de 30 mil dólares. Em cada caso, o cliente tem de reembolsar durante um período de 15 anos. Num processo que leva 180 meses quanto ao prazo. de

pagamento. O cliente que apresenta uma factura pró-forma do imóvel no valor de 300 mil dólares deve pagar mensalmente dois mil e 800 dólares, enquanto para 100 mil dólares paga-se, a cada período de 30 dias, 990 dólares. Para 70 mil, o valor é de 670 dólares por mês e para 30 mil, 288 dólares, ininterruptos.

Independentemente do valor do empréstimo, o BFA assegura com 90 por cento do custo do imóvel. A vantagem em aderir ao crédito habitação - BFA é o facto de aplicar uma taxa de 8 por cento/ano, além do cliente não dispende qualquer valor durante o processo da averiguação dos documentos para posterior aprovação, segundo uma fonte ligada àquela instituição bancária.

A taxa praticada pelo BFA é a mesma do Banco Internacional de Crédito (BIC). Assume também 90 por cento do valor da avaliação do custo da residência. Contudo, os valores a serem disponibilizados pelo banco BIC podem ser discutidos entre as partes .

O prazo máximo de reembolso vai até 35 anos, desde que o cliente não esteja acima dos 60 anos. Para o banco assegurar a reposição dos valores emprestados, conforme informações prestadas, e como garantia, chama a si a título de hipoteca, o imóvel adquirido até a liquidez total da dívida.

O banco Millenium não estabelece tectos para o crédito habitacional. Porém, o valor a ser concedido depende de acordo entre as partes (banco e cliente).

6.8 Realojamento em marcha

Agora...24-11-07

Por esta altura, Luanda está em obras. Há escavações por todo, o lado incluindo troços rodoviários de acesso aos bairros. Estas empreitadas por estarem a afectar municípios, sobretudo nas áreas onde são realizadas, têm levado que sejam ressarcidos uns, enquanto outros têm sido contemplados com novas casas.

Assim, pelo menos 800 casas terão sido já distribuídas a pessoas que habitavam em zonas da cidade onde decorrem obras de reabilitação e construção de estradas e sistemas de esgotos para a melhoria da circulação.

O realojamento destas pessoas tem sido feito desde o segundo trimestre do ano transacto com a entrega de residências construídas pelas autoridades, no Zango e na Sapú.

A direcção do gabinete técnico de coordenação de projectos (Gatec) realça que todos os meses tem sido enviado um cronograma de transferências das famílias ao programa de realojamento, mas admite que tem sido difícil o cumprimento devido ao reduzido número de casas disponíveis.

Os empreiteiros envolvidos nas obras justificam que a

falta de cimento está na origem dos constrangimentos. Estas reclamações surgem num momento em que o saco de cimento estava a ser comercializado esta quarta-feira, a 2.800.00 kz em muitos estabelecimentos comerciais da capital.

6.9 Inea investe 38 milhões de dólares na reabilitação de estradas em cabinda

Jornal de Angola...26-11-07

O projecto global de infraestruturas rodoviárias gizado pelo Instituto de Estradas de Angola (INEA) para a província de Cabinda vai absorver 38 milhões de dólares.

De acordo com o director provincial do Inea, engenheiro Adelino Jacinto, este dinheiro está a ser já aplicado na reabilitação do troço Cabinda/Cacongo, de 47 quilómetros, estando nesta primeira fase os trabalhos a decorrer no perímetro Cabassangobase petrolífera de Malongo (14 Km).

A empreitada engloba também a rua das Forças Armadas, que depois de concluída terá 4 faixas de rodagem, sendo duas em cada sentido, sobrepostas por uma passagem aérea e um parque de estacionamento para táxis.

De acordo com a maquete apresentada pela empreiteira Mota- Erígil, a par destas obras, estão também em curso trabalhos de colocação nas principais artérias da cidade de Cabinda de um novo tapete asfáltico, o que vai permitir maior fluidez ao trânsito automóvel.

Segundo Adelino Jacinto, a instituição que dirige está a reabilitar na região mais de 400 quilómetros de estrada, abrangendo os troços Cabinda/Cacongo, Bitchequete-/Massabi, já inaugurado, e Cacongo/Buco-Zau até Miconge Velho, numa extensão de 185 quilómetros.

Por outro lado, no sentido sudoeste, ou seja, Cabassango/Lucula Zenze (66 Km), estão também em curso obras de reabilitação deste troço, numa altura em que o INEA se prepara para o arranque das obras na estrada sul que faz a ligação entre a cidade de Cabinda e a fronteira do Yema (24 Km). A empreitada, neste troço, foi adjudicada à Mota- Engil.

O engenheiro Adelino Jacinto, do Inea, manifestou, entretanto, alguma preocupação com os atrasos verificados na conclusão das obras na rua das Forças Armadas.

Não obstante isso, aquele responsável garante que o projecto, depois de concluído, irá propiciar uma outra beleza arquitectónica àquela avenida, tendo em conta o nível de intervenção que o governo da província está a efectuar neste troço, que há muito clamava pela sua recuperação.

De acordo com a constatação feita pela reportagem do

"JA" , os trabalhos, que envolvem um percurso de restauro de 3 quilómetros, começando da rotunda do aeroporto às instalações da concessionária Nissan, . cingem-se, neste momento, no alargamento das laterais, construção de sarjetas para escoamento das águas pluviais no sistema hidráulico de drenagem rápida de resíduos líquidos, estruturação de maciço em betão armado para suporte de passagem aérea e compactação da terra, isto no caso específico do troço defronte ao Centro de Saúde 1 ° de Maio, rua que dá acesso quer a Avenida das Forças Armadas quer a Avenida Duque de Chiaze.

Segundo fontes da empreiteira, a morosidade que se observa na conclusão dos trabalhos em curso acerca de um ano, tem a ver em parte com obras adicionais ao projecto inicial, nomeadamente com a abertura e construção de valas de retenção e escoamento das águas pluviais que estão a ser erguidas desde o bairro Gika ao oceano atlântico, empreitada que não está nada a ser fácil, em razão de se acumular nas valas enormes volumes de água provenientes do morro de Tchizo, área invadida por construções anárquicas.

As obras adicionais, segundo a fonte que vimos citando, não só estão a complicar a empreiteira, como também estão a causar danos incalculáveis aos cidadãos que habitam na periferia das mesmas, na medida em que sempre que chove são projectadas enormes quantidades de água para residências de moradores localizados ao longo da conduta em construção. (...)

No local estão a ser construídas 5 naves que vão conferir dignidade aos mais de 2 mil vendedores e 8 mil pessoas flutuantes que todos os dias irão afluir para comprar produtos diversos.

Ao nível do sector da Educação, o Programa de Investimentos Públicos (PIP) está a financiar a construção de dois modernos estabelecimentos escolares, de protótipo semelhante a escola comandante Dangereux, situada no bairro 1° de Maio, cuja inauguração coube a honra ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na sua recente visita à província de Cabinda.

As obras, em curso nos bairros Gika e Lombolombo, a cargo da empreiteira "China Jiangsu", comportam 2 andares com 24 salas de aula cada. Com capacidade para albergar 3 mil e 200 alunos cada, as citadas escolas irão acolher somente alunos do ensino primário a partir do próximo ano lectivo, período em que se prevê o termo dos trabalhos.

Os largos do aeroporto, Pioneiro Zeca, 1 ° de Maio e Pedro Benje estão igualmente a receber obras de melhoramento, baseadas na instalação de condições de recreação, acomodação e outros serviços sociais e de lazer.

6.10 Jornalistas confessam que foram agredidos no bairro iraque

VOA...29-11-07

O bairro do Iraque sito numa das áreas onde se ergue a nova Luanda dos condomínios de alta renda, e habitada há anos por angolanos pobres e marginalizados que forçados a troco de algumas moedas são desalojados é hoje uma miniatura real do grande Iraque de Saddam Hussein, concluiu o jornalista António Cascais depois do sururú que viveu quarta-feira na zona. António Cascais, chegado a Luanda para dar formação a jovens jornalistas, quis conhecer o bairro do Iraque, devido às notícias e histórias que ouviu sobre as violentas demolições e desalojamentos que aí ocorrem, com mortes à mistura e disparos de armas de fogo.

«Não há palavras para descrever a situação, eu acho que os angolanos que inventaram este nome de Iraque acho que deram o nome correcto àquele bairro, para descrever o que de facto acontece lá, é lamentável, é muito, muito lamentável.»

Como diz o ditado, a curiosidade matou o gato, nesta quarta-feira por pouco a curiosidade não levou os jornalistas António Cascais e seu companheiro angolano Alexandre Salombe, munidos de câmara e «deslumbrados» com a captação de uma imagem de casa no ar arrancada pela raiz por um caterpillar, esqueceram-se que no Iraque a lei fica fora de mão.

Exaltados pelo desalojamento forçado, os populares ficaram ainda mais «eufóricos» quando sentiram a presença de jornalistas e começaram o soltar cobras e lagartos contra os membros dos diferentes órgãos de segurança, privados, estatais e militares.

«Aconteceu tudo muito rapidamente, apareceram uns senhores da segurança muito fortes, muito musculados, começaram a agredir-nos rasgaram-me a camisa, um pegou numa perna, outros no pescoço, portanto, tentaram tirar-me a câmara que eu tinha nas mãos, tentei esconder a câmara entre as pernas mas, arrancaram-me a câmara, vi que os mesmos seguranças deram ao meu colega duas bofetadas, por assim dizer, e eu só me ouvia dizer por favor, por favor. Mostrei o meu cartão de jornalista e não levei socos e murros muito, muito por sorte. Ficou a minha camisa rasgada, fui um bocado esticado e mais não aconteceu por muita coisa.

Depois apareceu a policia militar que também nos forçou a entrar para os seus carros, eu fui inicialmente obrigado a me deitar nas traseiras do jipe da policia militar, foi muito, muito desagradável, fiquei muito chocado, um dia depois de tudo, ainda estou bastante abalado com os acontecimentos.»

António Cascais, apesar da experiência iraquiana de Luanda, vai cumprir até ao fim a missão que o trouxe a capital angolana, a tarefa de formar e refrescar

jornalistas, não sabendo ainda o que fazer com tudo o viveu, mas conta com a solidariedade dos colegas e o apoio e carinho das embaixadas de Portugal e Alemanha.

Entretanto, o porta-voz da Polícia de Luanda, intendente Divaldo Martins, diz que não tem havido qualquer agressão aos jornalistas em conformidade com as informações que tem do terreno, mas que qualquer confirmação em contrário levará à punição dos elementos que assim procederam.

«Nós confirmamos junto das forças que estavam no terreno e não houve nenhuma agressão inclusive informações posteriores que nós ainda teremos que confirmar dão conta de que o próprio deputado está bem, não apresenta nenhum sinal de escoriação, não apresenta sequer sinal de que havia sido ferido. Portanto, as informações relacionadas com o facto de que o jornalista angolano quer o português terem sido agredidos não confirmam, entretanto, naturalmente caso acha prova dessa situação quem assim agiu terá que ser responsabilizado disciplinarmente, mas, entretanto, repito, informações que temos a partir do terreno indicam que não houve nenhuma agressão.»

O caso promete novos episódios já que Alexandre Salombe constituiu advogado, o jurista David Mendes, que deverá buscar enquadramento legal para os factos e fazer valer a máxima de que a lei é para ser cumprida e aplicada, não à violência contra os jornalistas, respeito pelos direitos humanos e direito de informar e ser informado.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Planos Regionais do Ordenamento do Território

Folha8...10-11-07

OS Planos Regionais do Ordenamento do Território (PROT) são instrumentos de carácter programático e normativo que têm como objectivo a obtenção de um correcto ordenamento do território através do desenvolvimento harmonioso das suas diferentes parcelas, cujo resultado das implantações humanas e do aproveitamento racional dos seus recursos teriam como base o aproveitamento racional dos referidos recursos, isto é duma síntese, se quisermos feliz dos propósitos que devem, quanto a nós, presidir a caracterização dos " PROT's" que, por sua vez, é um plano que, apesar de pródigo na lei 03/04 de 25 Junho, tem algum amparo no regulamento geral dos planos directores, onde se procura incentivar a individualização dos planos definíveis como instrumentos de gestão do ordenamento do território, cujo destino seria o da promoção, racionalização e ocupação dos seus recursos. (...)

Em resumo, os PROT's não são mais do que os programas de ordenamento racional das regiões caracterizadas pela homogeneidade de interesses, visando a uma melhor distribuição dos agrupamentos humanos, mais adequado aproveitamento e utilização dos respectivos recursos.

Quanto a nós, os objectivos evidenciados nos PROT's são os de carácter programáticos, atendendo às suas finalidades essenciais que passam pelos:

- a) Desenvolvimento sócio-económico equilibrado, melhor distribuição dos sectores produtivos, controlo do crescimento das áreas congestionadas e alargamento dos benefícios ao interior;
- b) Utilização racional do espaço, protecção dos solos agrícolas e das áreas sensíveis, designadamente de interesse turístico;
- c) Protecção e gestão racional dos recursos naturais e do ambiente, impedindo a distribuição do meio natural, protegendo e valorando os patrimónios histórico, físico e cultural;
- d) Melhoria da qualidade de vida da população residente, de modo a proporcionar condições de acesso e estabilidade no emprego, alojamento, benefícios sociais, culturais e qualidade de ambiental. Para além do PROT, podemos visualizar para o caso concreto de Angola, a figura do "PROZET" plano regional de ordenamento para a zona envolvente, em que se pode pôr em evidência a homogeneidade dos interesses das regiões abrangidas e a natureza programática do plano

que se lhe refere. Sendo o Plano Director Municipal, o instrumento do Ordenamento Territorial, integrado num sistema articulado de planeamento nacional, cujos instrumentos para o caso do nosso país englobam pelo menos quatro variáveis, que são:

No ambito territorial (nacional, provincial, municipal, local);

Tipo de ocupação do solo (urbano ou rural);

Ambito da intervenção (ambiente, defesa, acessibilidades habitação dentre outros);

Características de áreas específicas. Visualizamos um quadro futurístico, onde as Administrações Municipais estejam em condições de determinar a elaboração do PROZED, que deveram estabelecer que este plano poderá incluir os Municípios ribeirinhos.

O crescimento brawniano, que se tem verificado na cidade de Luanda, tem estado a provocar, como já é por demais consabido, desequilíbrios, observando-se vastas zonas de ocupação desordenadas do espaço, pelo que, quanto a nós, é indispensável uma política mais conseguida de Ordenamento que organiza estes espaços, de furma a garantir o crescimento equilibrado das actividades humanas, melhorando as condições e a qualidade de vida das populações e preservar os recursos naturais e a qualidade ambiental.

7.2 Comunidades angolanas estão mal servidas

Folha8...10-11-07

A ineficiência do saneamento básico, a ineficácia do forecimento de energia eléctrica e água potável e não só, mas também a prevalência da poluição sonora, da delinquência e de mais males que preocupam e enfermam a sociedade angolana, denunciam a ausência de municipalidade autêntica em Angola. O facto penaliza o cidadão angolano que, na falta de vereadores competentes, clama pela inversão da situação.

É que sem vereadores capazes, os munícipes sujeitam-se a uma vida desregrada. Basta um simples olhar para o quotidiano angolano, para se notar a ausência de municipalidade nas cidades de Angola, espantosamente desprovidas de vereadores preparados para o desempenho das funções acometidas e de velarem por proporcionar aos cidadãos condições de vida condigna. Não fosse a ausência de dirigentes capazes de acomodar sensibilidades, nem lixo, nem irregularidades no sistema de distribuição de água às populações haveria. Não haveria, por outro lado, poluição sonora, nem divergência entre vizinhos em consequência do desrespeito à privacidade.

A lacuna em questão penaliza de tal forma as populações que intrigadas interrogam porque é que os munícipes permanecem entregues à bicharada ou,

convenhamos, à sua sorte?

Entender tal questão é um exercício doloroso, sobretudo para gente idosa que hoje, pelo sim e pelo não, é forçada a sentir saudades de um tempo em que a municipalidade existia e, graças a ela, as comunidades desfrutaram das vantagens da sua existência.

Fica difícil para um cidadão que se habituara a ser morador de bairros onde a higiene era acautelada por programas locais de saneamento público, encarar o lixo e as águas estagnadas que quaisquer cidadãos em tempos sabiam ser adversos à saúde humana.

Não é fácil para quem já beneficiou dos préstimos das municipalidades de outrora, viver como se vive, actualmente, em Angola.

O cidadão consciente dos males gerados pelo lixo em excesso, pelas águas estagnadas, pela poluição sonora e outros que, actualmente, atentam à segurança sanitária e sobrevivência das populações, tem, diante dos factos, de concluir que as comunidades angolanas estão mal servidas que, em consequência disso, os incompetentes aos quais até ao momento a autoridade vigente confiou a tarefa de verear, façam-se render por verdadeiros vereadores. (...)

A anarquia vivida nos centros urbanos, onde a ordem e o civismo estão notoriamente rendidos pela anarquia e pelo vandalismo, a educação e o bom senso, substituídos pela má língua e pela insubordinação, espelham a ausência do dirigente ideal para a condução dos homens em comunidade, enguiço que, a prevalecer, tende a eternizar o sofrimento das gentes que depois de tanto padecerem merecem jus habitarem em aglomerados em que os cidadãos se sintam, realmente, em paz e harmonia.

7.3 Huambo tem novos centros de captação e tratamento de água

Jornal de Angola...12-11-07

Dezanove milhões, 351 mil e 961 kwanzas foram empregues, este ano, pelo Governo Provincial do Huambo em dois projectos de construção de centros de captação e distribuição de água às populações residentes nas comunas de Sambo e Sambato, no município de Tchicala-Tchologhanga.

Os empreendimentos, inaugurados sábado, no âmbito do Dia da Independência Nacional, vão beneficiar dois mil e 300 cidadãos. A construção destas infra-estruturas enquadra-se no programa do governo de aumento e melhoria dos serviços sociais à população, segundo o coordenador do grupo de acompanhamento a este município, Joaquim Neves António.

Ainda no sábado, procedeu-se à inauguração do sistema de iluminação pública da sede municipal de

Tchicala-Tchologhanga.

7.4 Empresa associa-se a Elisal para a recolha de lixo no Kilamba Kiaxi

Jornal de Angola..13-11-07

A empresa Bongani Investment celebrou, recentemente, em Luanda, um contrato de trabalho com a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), concessionária do Governo Provincial de Luanda, no âmbito do qual a primeira fará a recolha de lixo porta a porta no município do Kilamba Kiaxi.

De acordo com o director executivo da Bongani Investment, Teddy de Almeida, a sua instituição e a operadora Kiaxi-Hest serão as responsáveis pela limpeza e saneamento básico no referido município.

Para cumprimento do contrato, cujo efeito tem início em Janeiro de 2008, a Bongani vai investir cerca de 5 milhões de dólares na aquisição de meios técnicos, como tractores, camiões compactadores e contentores. A empresa vai empregar 250 trabalhadores, entre os quais motoristas, colectores e supervisores.

Segundo o responsável da Bongani, há necessidade de se investir na compra de tractores para facilitar a recolha de lixo em zonas onde os camiões compactadores têm dificuldade de penetrar.

Questionado se como a Bongani será capaz de desdobrar a sua actividade pela Samba e Kilamba Kiaxi, o director executivo disse que tratam-se de programas diferentes. O primeiro consiste na recolha de focos de lixo e o segundo na recolha dirigida (porta a porta).

Ele disse que a sua empresa está a trabalhar com o GPL na sensibilização da população no sentido de esta usar sacos plásticos e baldes para facilitar a recolha porta a porta.

7.5 Intoxicação por Brometo de Sódio pode ser causa da epidemia de Cacucaco

Angop...23-11-07

O Ministério da Saúde informou em Luanda, que os resultados laboratoriais apontam que os elevados índices de brometo de sódio nas amostras de sangue e sal de cozinha, pode ser a causa da epidemia de Cacucaco, declarada na capital, desde Outubro.

De acordo com o ministro da Saúde, que falava em conferência de imprensa, os níveis de brometo de sódio encontrados nas amostras de sangue dos doentes, sal de consumo doméstico, enviados para alguns laboratórios como os de Munique (Alemanha) e de Londres, dão fortes indícios de que a intoxicação por

esta substância é a causa da Síndrome Neurológica Aguda de Cacuo.

Especialistas suspeitam que existe provavelmente uma mistura de sais de brometo nos alimentos, em vez do habitual sal de cozinha (cloreto de sódio).

O brometo de sódio é uma substância química utilizada nas indústrias, semelhante ao sal de cozinha.

Além do sangue e sal, foram enviadas amostras de água e de alimentos .

Estes resultados foram apresentados nos dias 19 e 21 deste mês pelos laboratórios de toxicologia de Munique (Alemanha) e Barmingham (Reino Unido), num total de dez amostras.

Apesar dos indícios, Ruben Sicato informou que os peritos consideram ainda necessário a realização de estudos para confirmar a causa e a fonte da doença que até ao momento afectou 414 pessoas na província de Luanda sem contudo resultar em morte.

«A primeira vista, as pessoas atingidas criaram um quadro clínico difícil de ser entendido tanto por peritos nacionais como estrangeiros», afirmou.

Por essa razão, a OMS a partir de Luanda, Brazavile e Genebra optou pela realização de uma tele-conferência internacional no dia 19 com a participação de 50 especialistas de 18 países com o objectivo de promover um concurso para se apurar as causas.

Os cientistas concluíram ser necessário aprofundar os estudos epidemiológicos que levem à definição da causa e da fonte do problema.

Volvidas cinco semanas, o quadro clínico da doença é o mesmo com predomínio de sintomas do foro neurológico. As pessoas atingidas apresentam sonolência, visão turva, vertigens, dificuldade em falar e andar e cansaço extremo.

De acordo com o ministro, no município de Caxito, província do Bengo, foram notificados 18 casos com sintomatologia idêntica a de Cacuo, estando ainda por se comprovar tratar-se da mesma doença.

Desde o surgimento da Síndrome Neurológica Aguda, uma equipa multisectorial composta pelo Minsa, GPL, Ministério do Ambiente, dos Petróleos e OMS trabalham diariamente no terreno.

A partir de hoje, as equipas vão ser reforçadas, sendo que, para as nacionais, o número de técnicos a tempo integral passará a ser de nove médicos, dois patologistas clínicos e um epidemiologista.

Quanto aos peritos internacionais, a OMS vai reforçar a equipa com mais 11 quadros, alguns dos quais chegaram esta manhã a Angola.

Como medidas preventivas, o titular do sector indica o aprofundamento do estudo do meio (o local onde as populações afectadas estão), dando atenção especial ao sal de cozinha, sem descartar a água consumida.

Neste contexto, apela à população, em particular a de Cacuo, a ter a máxima atenção com a alimentação e o

sal utilizado.

Por outro lado, o ministério advoga a maior fiscalização dos mercados para evitar a venda e consumo de produtos em condições impróprias para a alimentação, bem como o reforço da inspecção sanitária.

A primeira equipa de peritos internacionais chegou ao país a 5 de Novembro, composta por especialistas em saúde ambiental, toxicologia, epidemiologia e patologia clínica, provenientes da sede da OMS em Genebra e sua representação em África.

Ruben Sicato aproveitou a ocasião para esclarecer que a província de Benguela (município de Caimbambo) está perante uma epidemia de tosse convulsa (com 63 casos). A conferência de imprensa contou com a presença da representante da OMS em Angola, Fatoumata Diallo, peritos, técnicos do Minsa e da vice-governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo.

7.6 Uma cidade vulnerável às chuvas

Agora...24-11-07

Concebida para um universo de aproximadamente 500 mil habitantes, a cidade de Luanda, alberga hoje talvez um pouco mais de 5 milhões de cidadãos, sendo flagrante que este crescimento urbano não foi acompanhado pela construção de infra-estruturas quer para habitação, quer para o saneamento básico.

Em consequência da grande pressão demo gráfica sobre a capital, a degradação do ambiente é uma realidade em meio da produção de muito lixo que, apesar de alguns esforços da Elisal e operadoras privadas, jamais se conseguiu recolher em tempo útil, provocando imundícies de toda ordem. Quando chove, a situação toma-se ainda mais caótica com charcos, lagoas e mosquitos, para não variar.

Há dias choveu, e a situação não poderia ser das melhores: bairros alagados, estradas intransitáveis, enfim, um cenário que provocou no dia seguinte. muito absentismo laboral.

Na mesma altura, a estrada de acesso ao chamado município satélite de Viana, que foi recentemente inaugurada pelo governador provincial, Job Capapinha, devido ao mau acabamento acabou também por meter água e muitos automobilistas tiveram que enfrentar os transtornos daí decorrentes.

Os automobilistas que diariamente utilizam aquele troço rodoviário disseram à Lac que as manilhas metálicas e as valas de drenagem para as águas pluviais não foram bem arrançadas e, deste modo, alertaram que a estrada corre o risco de voltar ao caos se persistirem as chuvas.

"Não tardará, a estrada voltará a ficar como antes

porque a obra realizada não convence. Aliás, se caírem enxurradas, como em Janeiro último, tudo vai piorar e é lamentável numa altura em que pagamos taxa de circulação", sustentaram....)

Este posicionamento do empresário, também foi em tempos repisado pelo arquitecto urbanista, António Henriques da Silva (Dinguanza). Naquela altura, abordado por este jornal, Dinguanza manifestou a sua inquietação quanto ao aperto em que se encontra a cidade da "kianda" salientando que, em vez de serem feitas obras num casco já de si saturado, estas deviam ser feitas nos pólos de desenvolvimento urbano a sul, onde é possível projectar usando as mais sofisticadas tecnologias de construção sem sobressaltos.

Rodeada de bairros desorganizados, Luanda não suporta sequer pequenos chuviscos. A população anda desesperada por saber que vive numa cidade asfixiada por obras que deviam conferir um ar mais acolhedor àquela que um dia se ousou chamar "menina" do continente. Afmal, nos tempos que lá se foram também houve chuvas, cujos estragos há muito deviam inspirar os actuais governantes em busca de um lugar onde a vida humana seja mais dignificada.

No primeiro trimestre do ano passado, as enxurradas que abalaram a cidade deixaram marcas indeléveis e deviam ser tiradas dali lições.

Nada! Houve promessas, apenas isso mesmo, de que a desgraça não voltaria a acontecer porque o governo provincial iria tomar todas as cautelas, incluindo o realojamento dos moradores das zonas consideradas de risco, como na Boa Vista, onde alguns já terão sido transferidos para a povoação do Zango. Nos arredores do Benfica, nas bermas da vala que transporta os resíduos para o mar, continua a haver casas que, a qualquer momento, com a intensidade das cargas pluviométricas podem desabar, perigando vidas.

No Cassenda, Cazenga, Sambizanga, Rangel, Kilamba Kiaxi e Maianga, só para citar estas zonas, a circulação de pessoas fica limitada quando chove. Desta vez também não ficaram de fora. Na Samba, um morador identificado apenas por Panzo, disse que o perigo ali está às portas. "O morro está a ruir e provavelmente muitas casas poderão ficar soterradas. Por isso, quando chove procuramos locais mais seguros".

O alerta de que este ano as chuvas serão de grande intensidade tem sido nos últimos tempos reiterado regularmente pelo Inamet. O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica antevê para os próximos dias ocorrência de chuvas moderadas ou aguaceiros em Luanda, Cabinda, Uíge, Kwanza-Norte, Malanje, Lunda-Sul, Moxico, Bengo e Lunda-Norte.

7.7 Parlamentares da Sadc querem «comité regional» de VIH/Sida

Angop...26-11-07

Os deputados do fórum parlamentar da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Sadc), recomendaram sábado, em Ondjiva, província do Cunene, a criação de um comité regional de combate ao VIH/Sida a nível de Angola e Namíbia.

A intenção foi manifestada pelos parlamentares no acto de balanço das actividades de cinco dias, realizada no Cunene e na vizinha República da Namíbia, visando constatar o quadro epidemiológico do VIH/Sida nestas duas regiões ao nível da SADC.

Em declarações a imprensa local, o chefe da delegação, Hélder de Albuquerque, defendeu que a intenção manifestada pelos deputados é benéfica e permitirá melhores resultados no combate contra o VIH/Sida, junto dos dois países, tendo em conta a fronteira comum Angola/Namíbia.

Por sua vez, o deputado namibiano, que também integra a delegação, Moses Amweelo, elogiou a intenção da criação de um comité regional, facto que vai fortalecer as actividades conjuntas e concretas no combate as doenças mais frequentes na linha de fronteira entre os dois Estados.

De igual modo, o vice-presidente do comité provincial de luta contra a Sida no Cunene, Eduardo Haiumba, disse que a criação desse órgão permitirá um combate mais eficaz contra essa e outras doenças.

Segundo Eduardo, numa primeira fase, o comité regional vai abranger a parte norte da Namíbia, e a região sul de Angola, envolvendo o Cunene, Kuando Kubango, Namibe e Huila, situação que permitirá conceber um plano único de combate ao Sida a nível do Sul de Angola.

Questionado sobre as acções na província, garantiu que o governo local está a intensificar as acções de combate ao VIH/Sida, no alargamento da rede dos Centros de Aconselhamento e Testagem Voluntária (CATV), por forma a aumentar de dois para 15 serviços de atendimento ao público.

Os parlamentares durante a sua estadia no Cunene visitaram a localidade de Namacunde e Onepolo, município de Ombadja, onde vivem duas mil e 615 pessoas infectadas, entre as quais 650 crianças órfãs.

Estas duas localidades são as mais afectadas da província do Cunene.

7.8 Edel vai instalar 41 mil contadores com o sistema de pré-pagamento

Jornal de Angola...13-11-07

A Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) vai instalar, até finais de 2008, 41 mil contadores programados com sistema de pré-pagamento em alguns bairros da capital do país.

Segundo o assessor do Presidente do Conselho de Administração da Edel, António Lucas da Silva, a instalação de tais contadores é sequência da execução de um projecto iniciado em Abril de 2006.

Vão ser abrangidos no âmbito deste programa os bairros Popular, Terra Nova, Nelito Soares, Cassenda e Mártires de Kifangondo. De acordo com o responsável da Edel, este é um projecto que visa controlar a energia do consumidor e evitar as ligações anárquicas e cortes de luz, bem como diminuir perdas comerciais, principalmente nos lugares onde não é possível fazer-se cobranças. Com esta acção, a Edel tem muitas vantagens, pois não tem problemas com os clientes, que têm somente que adquirir as recargas em lojas credenciadas para o efeito, poupando deste modo esforço e pessoal, comentou.

"As pessoas têm a noção de racionalizar a energia e pagam somente aquilo que consomem, pois o mesmo funciona como o tetemóvel, tão logo termine o saldo temos que recarregar", esclareceu.

António Lucas da Silva disse que desde o início do projecto, em Abril de 2006, que foram instalados 16 mil e 500 contadores de pré-pagamentos. A Edel tem tido uma resposta positiva da parte dos clientes, situação que permite à empresa estender este serviço. Nesta primeira fase, foram beneficiários moradores dos bairros Nelito Soares (nas ruas B e C) e Terra Nova, todos no município do Rangel.

Este projecto tem a colaboração de empresas privadas que fazem a colocação dos contadores. Entre as referidas empresas conta a NPF LDA, com sedé em Luanda. É uma empresa angolana com sólida experiência nas áreas de trading, sistemas de tratamento de águas, indústrias e áreas habitacionais rurais e urbanas.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Mais de oitenta mil angolanos foram vítimas da acção de minas terrestres

Capital...03-11-07

Vislumbram melhores dias para as PPD, sobretudo aquelas que foram vítimas da acção de engenhos explosivos e minas terrestres. A esperança ficou patente durante o Workshop Nacional sobre o Plano de Acção Integrado para cinco anos promovido pelo CNIDAH, em Luanda.

Dados oficiais divulgados no encontro dão conta que o número de vítimas sobreviventes com deficiência da acção de minas ronda os 80 mil. Não obstante os dados já disponíveis, a CNIDAH admite que a ocorrência de acidentes pelo país adentro, ainda tem contribuído para o crescimento do número de deficientes, estando esta instituição a levar a cabo um levantamento nas comunidades com vista a obter o número real do grupo alvo e tornar as ajudas a ele mais abrangentes.

O evento que reuniu dezenas de representantes de instituições civis e militares, nacionais e estrangeiras directamente relacionadas com a questão das minas, para além de delinear estratégias que despertem a sociedade através de iniciativas individuais e colectivas, visou também recolher contribuições dos diferentes actores para a consolidação do PAI.

No que toca a reabilitação física das vítimas da acção das minas, o PAI constatou que na situação actual, 2007, quase sempre os sobreviventes têm tido acesso a tratamentos depois da fase aguda, nomeadamente, tratamentos ortopédicos e terapia física, por parte do Ministério da Saúde e seus parceiros. Constatou, por outro lado, que o tratamento reabilitativo é imediato e não há listas de espera nos centros ortopédicos.

O encontro porém admite a necessidade do reforço da capacidade de atendimento das pessoas sinistradas em fase aguda, assegurando para tanto, a existência de um projecto de expansão dos centros ortopédicos. Estes centros ocupam, actualmente uma extensão dividida em cinco regiões, que compreende as províncias de Luanda, Uíge, Moxico, Bié, Huambo, Huíla, Cuando Kubango, Benguela e Kwanza-Sul, num total de 11 centros ortopédicos(...)

Para reduzir o número de mortes em situações de urgência, o PAI sugere que às vítimas seja facultado o acesso a tratamentos médicos para minimizar os danos físicos resultantes da lesão, partindo do princípio, segundo o qual, raras vezes elas têm acesso rápido aos primeiros socorros de urgência qualificados.

Observa, contudo, que a falta de acesso rápido das

vítimas aos primeiros socorros, se deve ao facto de ser reduzido o número de médicos formados em clínica geral para que sejam distribuídos pelos centros médicos da periferia e, os mesmos médicos não se encontrarem nos centros de acesso imediato às vítimas.

Não obstante a existência de centros médicos, levanta-se o facto de muitas vezes a população desconhecer a existência dos mesmos, pelo que, o PAI avança a sensibilização da população sobre a existência dos postos de Saúde e suas respectivas localizações como solução.

Outrossim é a falta de condições para o transporte rápido das vítimas para o hospital, já que a maioria dos acidentes por accionamento de minas ocorre em zonas remotas, tendo neste caso o certame alertado para a necessidade da aquisição de meios de transporte e de comunicação adequados para cada área, o que contribuirá para a redução do tempo de chegada e de exposição entre o local do acidente e a unidade sanitária.

8.2 Tumulto no Huambo após assassinato de taxista

Folha8...10-11-07

Um incidente inusitado alterou a rotina da pacata cidade do Huambo, ao ser alvejado mortalmente um cidadão por um agente da Polícia Nacional, nos termos seguintes:

- "Dá a chave se não vou-te matar seu cabrão! És kwacha, né ... Ainda Savimbi que era vosso pai lhe matamos é você que vai brincar connosco? Dá a merda da chave senão..."

- Senão o quê, em vez de falarem bem com as pessoas, querem só se arrogar...

- Senão dou-te um tiro nos cornos ...

- Então dá, vocês mesmo é que mandam e podem tudo...

E no silêncio sai a bala fatídica que se alojaria, não "nos cornos", mas na barriga de Saco, atirando-o violentamente para o solo, ante o pânico e revolta dos presentes que seguiam a discussão.

O dia era o primeiro de Novembro, o local a capital da província do Huambo. O taxista, jovem cheio de vida labutava, para no dia seguinte, conforme planeado, o dos finados, ir ao cemitério venerar os seus entes queridos mortos na guerra, descreveu ao Folha 8, Celestino Chianga, que lamentou, "Infelizmente nesse dia o seu sonho de visitar se inverteu, pois teve de, compulsivamente, juntarse aos seus".

A Polícia Nacional garantiu não haver nenhuma orientação interna para os seus efectivos actuarem desta forma. "Tratou-se de um excesso do agente e ele tem já um processo disciplinar interno e poderá

responder judicialmente por ter cometido um Crime, que teremos de analisar no enquadramento da sua moldura penal", esclareceu ao F8, uma fonte da PN, em Luanda.

"Nós lamentamos o sucedido e juntamo-nos a dor da família, prometendo tudo fazer para no mais curto espaço de tempo esclarecer esta situação", garantiu. No entanto o estado de revolta tomou conta de muitos' populares, que em jeito de solidariedade e condenação contra o acto, saíram à rua no período nocturno, cerca de meia hora após o incidente, munidos de catanas e outras armas brancas, para exigir justiça e punição imediata contra o agente policial, "porque senão nós é que vamos lhe matar".

Ninguém pode fazer justiça por mãos próprias, por mais que seja a revolta terá sempre de haver a contenção e deixar-se que os órgãos de justiça possam tomar conta da ocorrência. No entanto as populações colerizadas dirigiram-se ao palácio do governador, gritando por justiça, liberdade e fim da perseguição aos partidos da oposição e a sociedade civil, na província, sendo agora o expoente máximo, o taxista Fernando Sapalo Sacuema, assassinado a sangue frio, por se recusar entregar as chaves da sua viatura. Em reacção, as forças da ordem dispararam tiros para o ar, no sentido de dispersar a manifestação e em resposta esta arremessava pedras e outros objectos contundentes contra a Polícia. (...)

Não tendo havido entendimento entre as partes, assistiu-se a todo o incidente que veio acabar com a morte do taxista, não pelo agente regulador de trânsito, que o interpelou, mas por um outro, chamado para reforçar o contingente dos dois primeiros. Este é que despoletou a noite triste e o clima de tensão que se vive na província onde as pessoas estão descrentes, na imparcialidade das tropas da ordem.

"Saco foi morto na presença do povo, que desceu do táxi e todos sabem que ele não provocou", disse Manuel Agostinho, que era um dos passageiros.

Agora tudo vai girar a volta das motivações do agente, que terá agido de forma impulsiva, "pois, nem os próprios colegas de Trânsito o solicitaram a fazer o que fez, pois eles estavam armados e se houvesse essa orientação, já poderiam ter morto o Saco muito tempo antes", justificou o agente da polícia do Huambo, Pedro Kanguete.

Recorde-se que o taxista ainda chegou a ser socorrido e transportado em direcção ao hospital, mas a gravidade da lesão provocou a sua morte no caminho. Depois desta tempestade o comandante provincial, António de Jesus Guedes Miranda, parece empenhando num rápido esclarecimento da situação, tendo como primeira medida ordenado a suspensão do seu agente. O jovem assassinado, enterrado no dia dos Finados, deixa viúva e um filho.

8.3 Chefe do EMG/FAA reconhece papel dos efectivos na preservação da paz na África Central

Angop...27-11-07

O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, general Francisco Furtado, disse segunda-feira, em Luanda, que a medalha de mérito a si atribuída representa o reconhecimento do papel das FAA e do Estado angolano, na preservação da paz e estabilidade na região da África Central. O general Furtado fez estas considerações após a recepção de uma medalha de mérito, outorgada pelo presidente tchadiano, Idriss Deby Itno, pela participação com êxito das FAA no Exercício Multinacional Militar da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), realizado de 07 a 22 deste mês, no Tchade.

Referiu que as FAA tiveram uma participação activa nas distintas reuniões, particularmente na preparação e transportação dos efectivos neste exercício denominado Barh-El-Gazel 2005.

"Merecemos essa distinção, que é uma distinção pelo papel e engajamento de toda a actividade que as FAA têm desenvolvido em prol da manutenção da paz e estabilidade na região", ressaltou o general Furtado. Apelou aos oficiais a engajarem-se na preparação das unidades para este tipo de missões, considerando positivos os resultados alcançados pelo contingente angolano nestas manobras militares.

A medalha de mérito, uma das grandes distinções do Tchade foi outorgada a todos os chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas dos estados membros da CEEAC participantes na manobra, pelo presidente da República Tchadiana, Idriss Deby Itno, em função dos resultados positivos alcançados nestes exercícios. Procedeu a entrega o chefe adjunto do Estado Maior General das FAA, general Geraldo Sachipengo Nunda, acto testemunhado por oficiais superiores dos três ramos militares e convidados.

São membros da CEEAC, Angola, Burundi, Ruanda, Tchade, Guiné-Equatorial, Congo Brazzaville, RDC, Gabão, São Tomé e Príncipe, República Centro Africana e Camarões.

O exercício Barh-El-Gazel 2005 teve lugar em Moussorou, 300 quilómetros a nordeste de Ndjamena, capital do Tchad.

8.4 Relatora da onu expressa preocupações liberdade religiosa

Voz da America...28-11-07

A relatora especial das Nações Unidas para a Liberdade religiosa, Asma Jahangir, que esteve em visita de trabalho a Angola a convite das autoridades angolanas, reconheceu a vigência de legislação que consagra a liberdade de culto e de religião, mas também evocou algumas preocupações referentes à aplicação da legislação no país.

Segundo Jahangir, a lei sobre liberdade de consciência e religião discrimina as religiões minoritárias, e não está, por esta razão, em conformidade com a legislação internacional de que Angola é parte signatária.

A relatora referiu-se nomeadamente à obrigatoriedade de se ter cem mil membros residentes no país para que uma confissão religiosa seja reconhecida pelo Estado.

Esta constatação é particularizada para a religião muçulmana que até ao momento, segundo sua constatação, ainda não recebeu o certificado de legalidade apesar de ter entrado com vários processos junto das autoridades competentes para o efeito, havendo outras sem qualquer chance de reconhecimento, de serem tão minoritárias.

Jahangir faz menção no seu relatório preliminar cuja totalidade será disponibilizada apenas em Março próximo, que várias entidades oficiais fizeram pronunciamentos repercutidos através de meios de difusão públicos, onde estigmatizam os muçulmanos por razões ligadas à segurança nacional e ao terrorismo internacional bem como a lavagem de dinheiro.

De acordo com o documento a que a Voz da América teve acesso, em Cabinda onde também esteve, a relatora da ONU disse ter recebido vários relatos de violações da liberdade de religião com a periclitante situação que se vive na Igreja Católica local depois da indicação e nomeação de Dom Filomeno Vieira Dias para bispo da diocese local, tendo notado igualmente casos de restrição, pelas autoridades, do exercício da liberdade de religião com ameaças, intimidação e abusos pelo meio.

Em relação às condições de detenção de imigrantes ilegais, a funcionaria da ONU disse ter notado com elevada preocupação o facto de 95 por cento dos mais de centena e meia de detidos serem muçulmanos a quem não é permitido o acesso à literatura religiosa, muito menos o contacto com capelães ou imã, apelando para um acesso consular urgente por parte do HCR.

8.5 Instituto Nacional de Desminagem remove 136 minas em Malanje

Jornal de Angola...29-11-07

Cento e trinta e seis minas, anti-pessoais e anti-tanque, foram removidas pelo Instituto Nacional de Desminagem (INAD) durante o primeiro trimestre deste ano, nos municípios de Cacuso, Malanje e Calandula.

Os números foram dados a conhecer ontem à imprensa pelo responsável provincial de desminagem, José André. Aquele responsável adiantou que maior parte dos engenhos foram desactivados na localidade de Cacolo, no município de Cacuso, num perímetro de 58 mil 344 metros quadrados.

No mesmo período, o INAD recolheu 54 engenhos não detonados e sensibilizou a população sobre os cuidados e perigos de minas nos municípios a cima referidos.

Actualmente decorrem trabalhos de controlo de qualidade interna e limitação das áreas desminadas. O INAD está desminar numa área na comuna de Muquixi, município de Caculama, onde será erguida uma escola de formação profissional, pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

O INAD em Malanje tem mais de 25 sapadores.